

Quadrilha se vira com chefe interino

Com Lula na cadeia,

cordão da Lava Jato

é puxado por Aleckmin

Mesma base que serviu Lula foi conduzida para tucano pelo chefe do PR

O apoio a Aleckmin pelas mesmas siglas que apoiaram Lula e Dilma – além do Dem e de seu próprio partido, o PSDB – todos com contas a ajustar pelos delitos apontados na Operação Lava Jato, mostra que as moscas continuam as mesmas. A convergência pro-

gramática que esses supostos partidos tinham com o PT era a de roubar o dinheiro e a propriedade pública. Agora, nas palavras do notório Roberto Jefferson, eles conseguiram descobrir em Aleckmin “um líder capaz de tudo, como Moisés no deserto a nos guiar à Terra Prometida”. **Página 3**



O reincidente Roberto Jefferson, condenado a 7 anos por corrupção, e Jovair Arante, arrolado na “Registro Espúrio”

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.654 1 e 2 de Agosto de 2018

Toffoli atropela corte e declara Demóstenes Cachoeira elegível



Márcio França recebe apoio do Pátria Livre em S. Paulo

Em convenção realizada no domingo, o Partido Pátria Livre de São Paulo definiu o apoio à reeleição do gover-

nador, Márcio França (PSB). Presente no evento, França ressaltou que o estado é governado há quase 30 anos do mes-

mo formato”, mas que “o que se sente em todo lugar é que as pessoas querem tentar um novo jeito de governar”. **P. 3**

Desde a segunda-feira, dia 23, a atuação de Dias Toffoli na presidência interina do STF – enquanto a ministra Cármen Lúcia substitui Temer no Planalto – tem tomado decisões disparatadas, entre elas a comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral que Demóstenes Torres, afilhado

do contraventor Carlos Cachoeira, é elegível. Em abril, Toffoli, conluiado com Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, deu uma liminar, tornando Demóstenes elegível. Demóstenes foi cassado pelo Senado por falta de decoro em 2012, e, portanto, é inelegível até 2027. **Página 3**

ANS recua e cobrança criminosos por planos de saúde de até 40% de procedimentos está enterrada

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) recuou da norma que liberava a cobrança de até 40% de coparticipação sobre o valor de cada procedimento médico realizado pelos clientes de

planos de saúde. A norma, que já havia sido proibida temporariamente pela presidente do STF, ministra Carmem Lúcia, foi revogada após ampla rejeição de entidades de defesa dos direitos dos consumidores. **P. 5**

1

REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

PT se junta em Alagoas a Renan. No Ceará, apoio foi para Eunício

O PT do Ceará decidiu rifar a candidatura à reeleição do senador José Pimentel para apoiar o peemedebista Eunício Oliveira, investigado pela Lava Jato. Em Alagoas, os petistas vão com a chapa do PMDB: Renan ao Senado e Renanzinho, ao governo. **P. 3**

Bradesco lucra no 2º trimestre 9,7% mais que no ano anterior

Enquanto a recessão econômica atinge em cheio o setor produtivo e o emprego, os bancos continuam aumentando seus lucros. É o caso do Bradesco, que teve lucro 9,7% superior no segundo trimestre ante o mesmo período do ano passado. O lucro líquido do banco – depois de descontadas todas as despesas – cresceu no mesmo período 15,77% - para R\$ 4,528 milhões. **Página 2**

Para CNI, ano fecha com alta do desemprego

A Confederação Nacional da Indústria aumentou a sua expectativa de desemprego para o final do ano de 11,8% para 12,4%. **Página 2**

Palestina Tamimi sai em liberdade!

Símbolo da Resistência, a adolescente de 17 anos, Ahd Tamimi assim que foi solta, após 8 meses de prisão, junto com sua mãe, por resistir à invasão de

sua casa por soldados da ocupação israelense, levou uma coroa de flores ao túmulo do líder da causa de seu povo, Yasser Arafat. **Página 6**



STF nega recurso de Sindicato e mantém leilão de distribuidoras

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, rejeitou o recurso impetrado pela Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEEL) e manteve o leilão de privatização das distribuidoras da Eletrobrás no Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e Alagoas a preço de um carro usado (R\$ 50 mil), tal qual foi feito com a Cepisa.

O recurso foi apresentado após a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, negar pedido liminar feito pela associação.

Em junho, a AEEL ajuizou uma ação civil pública na 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro para impedir a entrega das distribuidoras, que concedeu liminar suspendendo o leilão. Alegando a Lei nº 9.491/1997, sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND) e a Lei nº 12.783, de 2013, sancionada por Dilma, o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), desembargador André Fontes, suspendeu a liminar e autorizou a continuidade do crime de lesa-pátria.

Em reportagem do Estadão, a AEEL avaliou que a privatização das distribuidoras da Eletrobrás desrespeita liminar concedida pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski, “que determinou que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas só pode ser feita com autorização do Congresso Nacional, sempre que resultar em perda do controle acionário”.

No dia 26 de julho, a Companhia de Energia do Piauí (Cepisa) foi empalmada pela Equatorial Energia, conglomerado de empresas estrangeiras, mais o Banco Opportunity e a Squadra Investimentos, os quais não se têm notícia de já tenham atuado na área de energia.

O leilão de privatização da Amazonas Energia (AM), Boa Vista Energia (RR), Ceron (RO) e Eletroacre (AC) – que, junto com a Cepisa (PI), atendem mais de 13 milhões de brasileiros em 29% do território nacional – está marcado para o dia 30 de agosto.

A italiana Enel – que recentemente adquiriu a Eletropaulo – já manifestou desejo em comprar duas. “Sobre as distribuidoras da Eletrobrás, já compramos uma que foi vendida [ex-Celg, de Goiás]. Agora existem seis. Dessas seis, talvez duas nos interessem”, frisou Francesco Starace, principal executivo mundial da Enel, em entrevista ao jornal Valor Econômico. O grupo italiano já havia adquirido a Coelce, atual Enel Distribuição Ceará.

Gastos com juros atingem R\$ 202 bilhões em 6 meses

A economia continua no fundo do poço, mas as transferências de recursos públicos para o setor rentista (bancos, fundos e demais parasitas), via gasto com juros, continuam de vento em popa. No primeiro semestre, foram gastos com juros R\$ 202,976 bilhões, equivalente a 6,06% do Produto Interno Bruto (PIB). No acumulado de 12 meses terminados em junho, R\$ 397,217 bilhões (5,94% do PIB) foram para o ralo dos juros, segundo o relatório de estatísticas fiscais divulgado na quarta-feira (30/07) pelo Banco Central.

Eis aqui o verdadeiro motivo do “desajuste fiscal”. Enquanto o governo projeta um déficit primário (não financeiro) de R\$ 159 bilhões para este ano para o governo central (governo federal, INSS e BC), gasta mais que o dobro para encher ainda mais os cofres dos bancos, sem gerar um emprego sequer, com o desemprego já pela hora da morte. Para o conjunto do setor público (governos central,

regionais e municipais e empresas estatais, exceto dos grupos Petrobrás e Eletrobrás), o déficit definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para este ano é de R\$ 161,3 bilhões.

Mesmo com toda essa dinheirama direcionada para os juros, a dívida líquida do setor público não para de crescer. Em junho, atingiu R\$ 3,440 trilhões (51,4% do PIB). Já a dívida bruta alcançou R\$ 5,165 trilhões ou 77,2% do PIB. E o céu é o limite.

DESEMPREGO

Enquanto o setor financeiro enche os bolsos, a expectativa de emprego, ao contrário do que o governo tenta propagar, só diminui. Segundo a própria CNI (Confederação Nacional da Indústria), a projeção para a taxa de desemprego passou de 11,8% projetados em abril para 12,4%. “A frustração com a retomada do crescimento econômico tem sido a principal razão para a recuperação abaixo do esperado do mercado de trabalho”, comentou a Confederação.

Após Eletrobrás investir R\$ 2,3 bi, Temer vende Cepisa por R\$ 45 mil



Ao centro, ministro de Minas e Energia de Temer, Moreira Franco

Instituto Ilumina publica história da Cepisa desde o seu início

“Vejam se a sociedade brasileira está realmente lucrando com essa maneira estranha de privatizar”

1914 - De 1914 a década de 1960, o Piauí dispõe apenas de núcleos precários e isolados de geração e de distribuição de energia por meio de usinas termelétricas a lenha ou a óleo diesel, com fornecimento para zonas urbanas durante poucas horas da noite. Na capital, Teresina, o suprimento é feito pelo Instituto de Águas e Energia Elétrica – IAAE e, no interior do estado, é de responsabilidade das Prefeituras Municipais.

1962 - A Cepisa é constituída, em 8 de agosto de 1962, como Sociedade Anônima e razão social de Centrais Elétricas do Piauí S.A. No final da década de 60, inicia-se a construção, em padrões técnicos, de um sistema integrado de produção, transmissão e distribuição de energia, possibilitando o surgimento de uma mentalidade empresarial para os serviços elétricos. Em 1969, a Cepisa tem apenas 13.805 consumidores.

1970 - Entra em operação a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, construída pela COHEBE – Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, e o Estado começa a dispor de energia suficiente para possibilitar a implantação de atividades econômicas de grande consumo de energia. No mesmo ano, a Cepisa incorpora os acervos da Companhia de Eletificação do Nordeste – CERNE e da Companhia Luz e Força da Parnaíba – CLFP e passa a ser a única concessionária de distribuição de energia elétrica no Piauí. De 1973 a 1978, a Cepisa desenvolve um Plano de Eletificação para o Piauí, interligando o sistema com a energia hidrelétrica de Boa Esperança. No final de 1978, ano da conclusão da rede básica de distribuição, a Cepisa conta com 93.457 consumidores.

1982 - São construídas as duas grandes subestações de 69/13,8 kV – 40 MVA, nos bairros Jockey e Marquês, em Teresina, interligados à subestação da Chesf. Até então, são as maiores obras da Cepisa em porte físico e volume de recursos.

1987 - Lei Estadual nº 4.126 altera a razão social da Cepisa para Companhia Energética do Piauí e amplia o seu campo de ação.

1995 - Construção da primeira linha de transmissão da Cepisa em 138 kV com 141 km de extensão – Piripiri/Tabuleiros.

1996 - Construídas a subestação Macaúba 69/13,8 kV e 50 MVA, a terceira em Teresina, a linha de transmissão em 69 kV entre Picos/Itapissuma e a subestação Junco, em Picos.

1997 - Eletrobrás assume controle acionário da Cepisa. Iniciado o processo de alienação das ações de propriedade do Estado que integravam o capital social da Cepisa.

Numa primeira fase, a Eletrobrás amplia sua participação acionária na empresa para 48,86% das ações ordinárias e assume, em 13 de janeiro de 1997, a gestão da Cepisa de forma compartilhada com o Governo do Estado. Em 20 de outubro do mesmo ano, a Eletrobrás adquire o controle acionário da Cepisa de 98,8% e assume o compromisso de preparar a empresa para a privatização.

2000 - Entra em operação a Subestação Tabuleiros Litorâneos



em Parnaíba – a primeira em 138/69 KV com 120 MVA de potência. É energizada a linha de transmissão em 138KV – Piripiri/Tabuleiros.

2005 - Energizado o sistema Satélite, em 69 kV, que inclui Linhas de Transmissão com 10 km e a subestação 69/13,8 kV – 25 MVA. A potência desta subestação foi ampliada para 45 MVA em 2007.

2006 - Executado extenso programa de obras de reforço do sistema de transmissão, incluindo a construção e reforma de subestações, linhas de transmissão em 69 kV para ampliar a oferta de energia em todo o Estado e facilitar a execução do Programa Luz Para Todos. 2007 - Energizada a linha de transmissão, em 69,0 kV, Elizeu Martins/Bom Jesus, com 140 km, proporcionando o aumento da oferta de energia no eixo Bom Jesus a Corrente.

2008 - A Eletrobrás cria a Diretoria de Distribuição, cujo diretor assume concomitantemente a presidência das seis empresas distribuidoras sob seu controle, dentre as quais a Cepisa, e inicia uma gestão centralizada em junho de 2008.

2009 - Lançado o Plano de Melhoria de Desempenho das Empresas de Distribuição da Eletrobrás para o biênio 2009/2010. Em agosto, é energizada a linha de transmissão 69,0 kV e 82,5 km de extensão, entre Campo Maior e Piripiri.

2010 - Em março de 2010, a empresa ganha nova marca e passa a ser apresentada como Eletrobras Distribuição Piauí (agora sem acento). É lançado o Código de Ética Único das Empresas Eletrobras inspirado nas diretrizes contidas no Plano Estratégico 2010-2020.

2011 - Chega a milhão o número de consumidores cadastrados na Eletrobras Distribuição Piauí. O Programa Luz para Todos é prorrogado até 2014 e são inauguradas as subestações Simões, Santo Antônio de Lisboa, Regeneração, Ribeira do Piauí, Santa Filomena, Caracol e José de Freitas, em 34,5/13,8 kV e 6,25 MVA, construídas com recursos do PLpT [Programa Luz para Todos] para ampliar a capacidade de atendimento a famílias rurais. É energizada a linha de distribuição em 13,8 kV e 13 km de extensão, entre São Pedro e Água Branca. Em março, inicia a implantação de Terminais de Autoatendimento nas agências da Empresa.

2012 - A empresa completa 50 anos de existência. Entram em operação as subestações Poty e Renascença, localizadas, respectivamente, nas zonas norte e sudeste de Teresina. É adquirida a primeira subestação móvel do Estado. A

concessionária passa a dispor de um caminhão-escola com a finalidade de disseminar conhecimentos sobre o uso racional e seguro da energia elétrica. E concluída a implantação do sistema de Leitura, Impressão e Entrega Simultâneas-LIES de faturas de energia em todo o Estado. A distribuidora passa a utilizar as tecnologias de cabos multiplexados e de cabos protegidos, respectivamente, em redes de baixa e média tensão.

2013 - Entram em operação as subestações Caraúbas e Valença, localizadas em municípios homônimos, e a Polo Industrial, na zona sul de Teresina.

2014 - Em março, é energizada a subestação Cocal. No fim do ano, são inauguradas as subestações Baixa Grande do Ribeiro, em tensões 69/34,5 kV e 69/13,8 kV e 25 MVA, e Ribeiro Gonçalves, em 69/34,5 kV e 12,5 MVA, aumentando oito vezes a oferta de energia no sul do Piauí.

2015 - Chegam a 150 mil o número de famílias beneficiadas pelo Programa Luz para Todos em todo o Estado. São iniciados e intensificados projetos de combate a perdas, como o de ampliação da rede elétrica para eliminação de ligações clandestinas, instalação de telemediação em grandes consumidores e em alimentadores. Começam a ser convocados aprovados nos concursos realizados em 2014, sendo admitidos 150 colaboradores, dos quais 67 eletricitistas. 2016 - Em março, é energizada a linha de distribuição Nazária/São Pedro. Em abril, a agência de atendimento localizada no centro da capital passa a funcionar em nova sede, no cruzamento das ruas Rui Barbosa e São João. Neste mesmo mês, é inaugurado o Centro de Operação Integrado no complexo-sede da Empresa. A Ouvidoria ganha telefone para ligação gratuita, o 0800 721 0164. Em novembro, entra em operação a linha de distribuição Altos-Castelo, em 69 kV e 125,5 km de extensão. Mais 680 aprovados foram admitidos, sendo 447 são eletricitistas.

2017 - Em 2017, seguindo as melhores práticas de mercado, a Eletrobras Distribuição Piauí investiu na aquisição e implantação de um Data Center Modular Seguro – DCMS transportável, contemplando revestimento a prova de fogo, piso elevado, sistema de refrigeração de última geração, sistema de predição e extinção de incêndios, controle de acesso, elétrica completa, racks, sistema de UPS, grupos geradores, câmeras e monitoramento 24 horas. Toda essa infraestrutura tem como objetivo o melhor atendimento dos consumidores da empresa. De uma solicitação de serviço, coleta e armazenamento de leituras ao atendimento de clientes em uma agência, todos os processos passam pelo Data Center.

Ilumina: ‘De 2010 a 2017 foram R\$ 2,3 bi, 29.000 km de linhas e 11 subestações’

Por um valor “simbólico” de R\$ 45,5 mil, a Equatorial Energia arrematou a primeira distribuidora do plano de privatização do setor elétrico estatal do governo Temer, que leiloou, no último dia 26, a Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

A Equatorial Energia, que já controla outras distribuidoras como a Cemar no Maranhão e a Celpa, no Pará, é um conglomerado de empresas estrangeiras, como a BlackRock, uma arapuca americana especializada em especular títulos e ações, o Banco Opportunity, muito conhecido aqui no Brasil, inclusive pela Polícia Federal, e a Squadra Investimentos, uma outra arapuca de jogadores do mercado, com sede no Leblon, na Zona Sul do Rio de Janeiro, além dos acionistas minoritários. São estes “especialistas” que vão tomar conta da distribuição de energia.

A companhia levou a Cepisa de graça, apenas com o “compromisso” futuro de oferecer um deságio em relação ao preço da energia e de realizar investimentos de R\$ 720 milhões na companhia a perder de vista. Além disso, quando já estiver lucrando as bufas em cima dos consumidores, pagará um valor de outorga de 95 milhões à União.

Em artigo publicado em seu portal, o Instituto Ilumina fez um histórico da Companhia, e um alerta: “Esqueçam a polarização estatal x privado. Examinem o caso da CEPISA e vejam se, contando a história desde o início, a sociedade brasileira está realmente lucrando com essa maneira estranha de

privatizar”.

Segue abaixo o artigo no íntegra e, ao lado, veja o histórico da Companhia relatado no artigo do Instituto.

“Leiam sobre a história dessa distribuidora de energia de um estado pobre do nordeste. Vejam se é razoável e honesto classificar a Eletrobras como ineficiente como tem sido as declarações do Dr. Wilson Ferreira, justamente o presidente da Eletrobras.

Vejam os investimentos feitos depois de 1997, quando, resultado de um plano de privatização mal feito, a empresa cai nas costas da Eletrobras. Que empresa privada suportaria os desafios?”

Reparem que o compromisso era privatizar, mas o poder político (não a Eletrobras) descumpriu o prometido. Mesmo assim, justamente por ter lucratividade nas suas outras atividades, a Eletrobras continuou investindo pesadamente na CEPISA. De 2010 até 2017 o total atingiu R\$ 2,3 bilhões. Foram “apenas” 29.000 km de linhas e 11 subestações acrescidas no período.

Todos os dados oriundos do “informe aos investidores” na página da Eletrobras e corrigidos pelo IPCA!

Infelizmente, por adotar o caminho fácil de não enfrentar os erros e os ganhos de grupos poderosos, a MP 579 resolveu baixar tarifas às custas da Eletrobras.

A Eletrobrás não consegue ser, ao mesmo tempo, o Luz para Todos, o quebra galho de privatização errada, a parceira minoritária amiga, a que dá bolsa MW no mercado livre e a que reduz tarifa sozinha.

Deu no que deu! Infelizmente a mídia nunca conta a história toda”.

Lucro do Bradesco cresce 15,7% no segundo trimestre

Enquanto a recessão econômica atinge em cheio o setor produtivo e o emprego, os bancos continuam aumentando seus lucros.

É o caso do Bradesco que, no 2º trimestre deste ano, registrou um lucro líquido – depois de descontadas todas as despesas – 15,77% a mais do que o mesmo período do ano passado. O valor chegou a R\$ 4,528 milhões.

Trata-se do resultado nominal mais importante da história do banco – ou seja, o melhor segundo trimestre já registrado. Mas, enquanto as instituições bancárias lucram como nunca, indústrias fecham as portas, a produção industrial opera 15% abaixo do seu pico histórico, o varejo recua, e o desemprego e subemprego já atingem 27,2

milhões de pessoas.

Um dos segredos para aumentar seus ganhos em plena recessão está na prática das mais obscenas taxas de juros do mundo. Apoiado na Selic (taxa básica de juros) estipulada pelo Banco Central (BC), os juros de operação de crédito são uma verdadeira agiotagem. Com a população cada vez mais endividada, a taxa média para o cheque especial em junho, por exemplo, foi de 304,9% ao ano. O rotativo do cartão de crédito, de 261% ao ano.

Na semana passada, o banco espanhol Santander já havia divulgado seus resultados no Brasil, com um lucro que cresceu no segundo trimestre 29,6% - para R\$ 2,87 bilhões.

Bancos aumentam juros do rotativo do cartão de crédito

Os bancos aumentam as taxas dos cartões de crédito para usuários que entram no rotativo, ou seja aqueles que não conseguem pagar o valor total da fatura.

O Santander, o maior banco estrangeiro em operação no Brasil, deu salto de 50% pontos percentuais, elevando suas taxas de 204% para 254%, ou um reajuste de 25%. A Caixa Econômica e o Banco do Brasil, por desvio de função, administrados pela política do governo como se bancos privados fossem, registraram aumentos de 16 e 11 pontos percentuais respectivamente.

O Bradesco diminuiu essa taxa, mas mantendo-a como a mais alta do mercado ou 266%. O Itaú manteve as suas taxas nos “módicos” 218% ao ano. Esses cinco maiores bancos respondem por 70% ou mais do crédito geral no país.

Todo esse movimento ocorreu porque o Banco Central proibiu os bancos de cobrarem juros diferentes para quem paga o mínimo da fatura do cartão de crédito e que fica inadimplente. A norma teria sido criada, no final de abril, com a finalidade de diminuir

o custo dos empréstimos para quem entra no rotativo, mas são adimplentes.

A ortodoxia do BC contra o tabelamento de preços é, de fato, um engodo. Quando esse tabelamento eleva a remuneração dos bancos, tudo bem! E os adimplentes passam a pagar pela mesma taxa dos que estão em atraso. E, claro, ambos espoliados por taxas de juros altíssimas.

“Estamos tratando aqui do mercado de crédito de taxas livres. É um mercado competitivo em que as taxas são fixadas pelas próprias instituições.”

Foi assim que o diretor do Banco Central, Fernando Rocha, se pronunciou quando questionado se havia motivos econômicos para o aumento dos juros dos cartões de crédito, mesmo num cenário de queda da taxa Selic e da inadimplência.

Possivelmente, nem ele mesmo acredita nesse tal “mercado competitivo”, pois é notório a monopolização dos bancos, como inclusive informamos os números acima, nesse caso seria mesmo empulhação.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfi@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopove@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (81) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Governador do Estado de São Paulo Márcio França: ‘vamos melhorar os hospitais e as escolas públicas’

O governador de São Paulo, Márcio França (PSB), candidato à reeleição, afirmou que seu compromisso é melhorar a saúde e a educação públicas. “A maioria das pessoas usam hospital público e escola pública e nós temos que melhorá-los”, afirmou o governador.

Ele também apoiou a ampliação das vagas nas universidades públicas estaduais e apoiou que a reserva de 30% das vagas para mulheres nas chapas de candidatos seja repetida nos parlamentos.

As declarações de Márcio França foram feitas durante discurso na convenção estadual do Partido Pátria Livre (PPL-SP), realizada na Câmara de Vereadores, no domingo (29), com a participação de mais de 600 filiados. O evento confirmou o apoio à candidatura do atual governador paulista e apresentou a chapa de candidatos a deputados federais e estaduais da legenda.

Márcio França resgatou o exemplo do governador pernambucano Eduardo Campos e afirmou que seu legado “ainda dará frutos em todo o Brasil”.

Segundo Márcio França, São Paulo é um grande estado, “maior que muitos países”, e que é governado “há quase 30 anos do mesmo formato”, mas que agora “o que se sente em todo lugar é que as pessoas querem tentar um novo jeito de governar”.

Ele lembrou que atualmente são 15 partidos apoiando a sua candidatura. Ler mais na página 4.

STJ nega pedido de Richa e mantém inquérito com Moro

O ministro Humberto Martins, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou o pedido de liminar dos advogados do ex-governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), para que o inquérito que apura se o tucano recebeu propina no processo de licitação para duplicação da PR-323 seja retirado da vara do juiz federal Sérgio Moro.

De acordo com a investigação, Richa favoreceu a Odebrecht em troca de pagamento, via caixa dois de campanha, de R\$ 2,5 milhões.

O processo, derivado da colaboração premiada de dois ex-executivos da Odebrecht, havia sido enviado à Justiça Eleitoral pelo STJ em junho, em acolhimento

de pedido da defesa. Desde abril, quando Richa deixou o cargo de governador – e, portanto, perdeu o foro privilegiado – o processo corria na primeira instância.

Quando encaminhou o inquérito à Justiça Eleitoral, Moro pediu que o caso fosse devolvido a ele, para que a investigação de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude à licitação continuassem. Ao devolver a investigação, a juíza Mayra Rocco, da 117ª Vara Eleitoral do Paraná, afirmou que os crimes eleitorais e os relacionamentos à Justiça Federal são independentes, podendo ser investigados separadamente.

Leia mais www.horadopovo.org.br

Corruptos fazem críticas às colaborações premiadas porque querem se proteger, diz Bretas

O juiz Marcelo Bretas, responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, afirmou que a eleição presidencial é a que, entre todos os pleitos previstos para outubro, vai ter mais impacto nas investigações.

“É o presidente da República quem indica os ministros do Supremo Tribunal Federal e, dependendo de quem for, pessoas que hoje são julgadas por determinadas acusações poderão ou não se sentir mais confortáveis”, disse. O próximo governo, os ministros Celso de Mello e Marco Aurélio de Mello terão que se aposentar, porque atingem a idade limite de 75 anos.

Bretas participou, na sexta-feira (27), num fórum de debates, num evento paralelo à Festa Literária Internacional de Paraty, a Flip. No evento, ele foi sabatinado sobre diversos assuntos. Em sua avaliação sobre a Lava Jato, disse que se guia por uma ideia ao julgar: o político condenado por corrupção não pode ter uma segunda chance.

“Isso de certa forma

contraria meus próprios princípios religiosos. Mas, se ficar provado que ele fez aquilo, acabou. E como se fosse uma pena de morte política”, afirmou.

Questionado sobre colaborações premiadas, o juiz defendeu o instituto e disse que, além de ser um direito do réu, ela pode significar um ganho de tempo e também de recursos para o governo. Para Bretas, os políticos que criticam esse instrumento fazem isso não porque seja algo ruim, “mas porque querem se proteger”.

Como responsável pela Lava Jato no Rio, Marcelo Bretas condenou o ex-governador Sérgio Cabral à prisão e levou à cadeia vários integrantes da cúpula da política fluminense nos últimos anos.

Segundo o magis-

Alckmin: corrupção na Dersa e cúmplices alvos da Lava Jato



Ex-governador de São Paulo ao receber apoio do Centrão Toffoli realiza fenomenal presidência interina no STF

Desde a segunda-feira, dia 23, a atuação de Dias Toffoli na presidência interina do Supremo Tribunal Federal (STF) – enquanto a ministra Cármen Lúcia substituiu Temer no Planalto – confirma os prognósticos sobre sua futura gestão como presidente do Tribunal, a partir de setembro.

Até agora, como presidente em exercício, Toffoli tomou as seguintes decisões:

1) Autorizou a participação da deputada Cristiane Brasil na convenção do PTB.

A filha de Roberto Jefferson, investigada no STF por “comercialização indevida de registros sindicais em Secretaria pertencente ao Ministério do Trabalho”, estava proibida, por decisão do ministro Luiz Edson Fachin, relator do inquérito, de manter contato com os outros investigados no processo.

Agora, os investigados poderão se encontrar, festivamente, na convenção do PTB (cf. STF, AC nº 4.392).

2) Permitiu a privatização, por leilão, da Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

A Cepisa é uma das subsidiárias da Eletrobrás, que o desgoverno Temer pretende torrar na bacia das almas, certamente para ter mais o que roubar (cf. STF, RCL nº 31.226).

3) Anulou a decisão judicial que impedia o governo do Rio de aumentar a contribui-

ção previdenciária dos servidores.

O governo do Rio, che-

fiado pelo inclito Pezão – aliado de Cabral e Lula

–, quer aplicar essa diminuição nos salários dos funcionários estaduais, certamente, para usar o dinheiro em obras sociais.

4) Suspendeu a decisão judicial que obrigava o governo de Minas Gerais a pagar os salários dos professores até o quinto dia útil do mês.

O que significa que Toffoli, em prol de Fernando Pimentel, do PT, suspendeu a própria lei, segundo ele porque “o agravamento da crise econômica no país autoriza a adoção de medidas excepcionais, entre elas o escalonamento no pagamento dos salários dos servidores” (cf. STP 78).

Portanto, a crise, imposta pela política econômica do PT e do PMDB, “autoriza” que as pessoas sejam obrigadas a passar fome.

Pelo menos, “autoriza” que um governo petista, contra a lei, sonegue os salários devidos aos professores.

5) Comunicou ao

Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que

Demóstenes Torres,

afilhado do contraven-

tor Carlos Cachoeira,

é elegível.

Em abril, Toffoli, conluído com Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, deu uma liminar, tornando Demóstenes elegível.

Demóstenes foi cassado pelo Senado por falta de decoro em 2012, e, portanto, é inelegível até 2027 (oito anos após a legislação para a qual tinha sido eleito) – segundo a Constituição, segundo as leis complementares nº 64/1990 e nº 81/1994,

PT apoia os Renan em Alagoas e rifa José Pimentel para se aliar com Eunício no Ceará

O PT do Ceará decidiu rifar a candidatura à reeleição do senador José Pimentel, que está no último ano de seu mandato, para fechar uma aliança com o peemedebista Eunício Oliveira. A decisão do diretório do partido foi tomada sábado (28), no Encontro Estadual de Tática Eleitoral realizado em Fortaleza (CE).

Com isso, a vaga deixada pelo partido pode garantir a reeleição de Eunício, que é investigado pela Operação Lava Jato. A decisão do PT cearense segue a determinação de Lula.

“Proposta de Goulart é criar 20 milhões de empregos em 4 anos”, diz Nilson Araújo

O professor Nilson Araújo de Souza, economista e assessor de João Goulart Filho, do PPL, afirmou, em debate promovido pelo Conselho Federal de Economia, com assessores dos presidenciais, que os pontos centrais do programa do filho de Jango é a retomada dos investimentos, a geração de empregos e o aumento do poder de compra dos trabalhadores.

“Nós partimos da constatação de que o país vive a crise mais prolongada, mais profunda e mais ampla da história contemporânea do Brasil, causada pela inserção subordinada na economia internacional”, disse o economista. Ele destacou o “parasitismo financeiro” como outra cau-

sa que agravou ainda mais a crise. O assessor de João Goulart lembrou que o país está em recessão há quatro anos. “A nossa indústria de transformação está em 11% do PIB, quando ela já foi 30% do PIB. Estamos retrocedendo aos anos 50”, denunciou o especialista. Ele apresentou propostas do pré-candidato para as diversas áreas sociais.

“A posição do João Goulart”, disse Nilson Araújo, “é de que nós não devemos administrar a crise. Os que tentaram administrar a crise esses anos todos só tornaram-na mais grave. O que se trata é de superar a crise e retomar o desenvolvimento”. Entendendo desenvolvimento como um conjunto de transforma-

segundo o Regimento do Senado, e, evidentemente, segundo a essência da Lei da Ficha Limpa (v. [Lewandowski. Toffoli e Gilmar tornam servical de Cachoeira elegível](#), HP 21/04/2018).

A liminar de Toffoli, tornando Demóstenes elegível, era (e é) completamente ilegal. Seu fundamento é falso – a anulação das provas contra Demóstenes, porque a polícia não pediu autorização ao Supremo, já que se tratava de um senador, para gravar suas ligações telefônicas (o motivo porque a PF não pediu autorização ao STF, embora não justificável, é compreensível: o receio de que Gilmar Mendes, amigo de Demóstenes, vazasse para o senador de Cachoeira, que seus telefonemas estavam sendo gravados).

Porém, Demóstenes não foi cassado por essas ligações – que, aliás, demonstravam a sua culpa –, mas por ter mentido ao Senado e feito de bobos os senadores que acreditando nele, apoiaram (aliás, entusiasticamente) um colega que era funcionário de um bandido.

Depois de conceder uma liminar ilegal para tornar Demóstenes elegível, Toffoli, agora, aproveitando-se de seu cargo interino de presidente do STF, comunicou ao TSE que Demóstenes é “elegível”, mesmo sem que, sequer, sua decisão anterior tenha sido publicada (cf. [a contestação da Procuradoria Geral da República](#), 26/07/2018).

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

C. L.

e seu filho, Renan Filho, ao governo do estado.

Os peemedebistas foram recebidos sob vaias e chamados de “golpistas” pela militância petista na convenção. As vaias e gritos aconteceram quando Renan pai e Renan filho subiram ao palco. Para tentar abafar os militantes, petistas que estavam em cima do palco gritavam “Lula livre” no microfone.

Para efetivar a aliança, o PT abriu mão de outras candidaturas a deputado federal e só vai concorrer com uma, a do deputado Paulão, que concorre à reeleição.

ções que visem a elevação crescente do bem estar da população”, observou. Ele defendeu que a taxa de investimento do país seja dobrada, de 16% do PIB para 32%.

“A prioridade do governo João Goulart”, segundo o economista, “será o trabalho”. “Segundo o IBGE, são 27,7 milhões de desempregados e subempregados. Isso é um drama social profundo. Nossa proposta é a criação de 20 milhões de empregos em quatro anos. Mas não basta isso, precisamos elevar o poder de compra do salário mínimo”, apontou o assessor de João Goulart.

Continue lendo em www.horadopovo.org.br

SÉRGIO CRUZ

Partidos do Centrão declararam apoio ao tucano

O despejo de uma colita de siglas, supostamente partidárias, na candidatura do ex-governador paulista Geraldo Alckmin, no mesmo momento em que mais um esquema de corrupção na estatal rodoviária paulista, a Dersa, é exposto pela força-tarefa da Operação Lava Jato, parece, como dizem alguns órgãos de mídia, emblemática.

Os novos apoiadores de Alckmin são os mesmos que apoiaram Lula e Dilma – e não mudaram de programa nem de objetivos por causa da troca de candidatos. Nem precisavam. Não foi por nenhuma convergência programática que eles apoiaram Lula e Dilma, exceto quanto ao objetivo de roubar o Erário e a propriedade pública. Nisso, aliás, sua convergência com o PT era absoluta.

Até o “articulador” do apoio a Alckmin, Valdemar Costa Neto, investigado por receber uma propina de R\$ 500 mil da UTC Engenharia, condenado a sete anos e 10 meses de cadeia na época do chamado “mensalão” – e indultado por Dilma em 2015 –, é o mesmo que foi articulador do apoio a Lula em 2002.

Embora, Alckmin tem também a sua carga própria na Lava Jato.

“Sem sombra de dúvidas, há mais de dez anos, existe uma organização criminoso dentro da Dersa”, disse a procuradora da República Anamara Osório Silva, da força-tarefa da Lava Jato em São Paulo.

Apesar dessa afirmação, diante das provas, ser incontestável, o que veio à tona agora não é o mesmo esquema de Paulo Vieira de Souza, o “Paulo Preto”, e outros operadores tucanos que tinham pouco a ver com o Alckmin.

A quadrilha denunciada agora, que cavou um rombo de, pelo menos, R\$ R\$ 625 milhões nas obras do Rodoanel, é encabeçada pelo ex-secretário de Logística e Transportes de Alckmin – e ex-presidente da Dersa – Laurence Casagrande (v. HP 25/07/2018, [PF indicia 12 por desvio de R\\$ 600 mi no Rodoanel](#)).

O Rodoanel é a única obra de grande porte dos tucanos, desde que estão no governo de São Paulo (1995). Mais do que isso, é uma obra interminável, que começou há 20 anos (1998) e ninguém sabe quando acabará – o que é uma grande identidade com as obras do PT. Como estas, parece uma obra feita – ou, melhor, iniciada – para roubar. Daí os “aditivos” que provocaram majorações de preços, nas obras do Rodoanel, de até 1.060% (cf. [íntegra da Denúncia](#), p. 18).

Quem foram as empresas que se locupletaram com os superfaturamentos e sobrepreços?

A principal é a OAS, a mesma do triplex do Lula – e do cartel do bilhão, que passava propinas para o PT, e para os atuais apoiadores de Alckmin, para roubar a Petrobrás.

Outra é a espanhola Acciona, cujo principal lobista era um operador de nome Fernando Soares, conhecido como “Fernando Baiano”, condenado pelo juiz Sérgio Moro a 16 anos e um mês de prisão, no âmbito da Operação Lava Jato.

Em suma, são sempre os mesmos.

Dizia um escritor português, agoniado com a situação atual de seu país – e comparando-a com a época do salazarismo – que “só mudam as moscas, a m... é sempre a mesma”.

Pois, entre Lula e Alckmin, uma coisa é verdade: as moscas são as mesmas.

Como Lula está preso, essas moscas voejaram para Alckmin, do PSDB, partido de Aécio Neves – a quem Alckmin substituiu como presidente nacional da sigla – e segundo maior recep-

táculo das doações “oficiais” das empresas agarradas na Operação Lava Jato.

O PSDB, até agora, não expulsou **nenhum** envolvido em corrupção, nem Aécio Neves, flagrado quando pedia propina para Joesley Batista, da JBS.

Seria injusto, portanto, que falássemos nas moscas em torno de Alckmin, sem começar pelo PSDB.

Quanto ao PP, partido com maior número de réus na Lava Jato (é o único que conseguiu superar o PT), é o mesmo da época em que Janene e Youssef passaram sua tecnologia para os lulistas.

Já o PTB, de Roberto Jefferson e Cristiane Brasil, como se sabe, é muito diferente da época em que seu presidente, o mesmo Jefferson, recebia dinheiro do PT para apoiar Lula...

Condenado a 7 anos e 14 dias de cadeia por corrupção passiva e lavagem, Jefferson foi outro indultado por Dilma em 2015. Agora, ele descobriu que “é Geraldo Alckmin que o PTB vê como líder capaz de tudo, como Moisés no deserto a nos guiar à Terra Prometida. A identidade do PTB com Alckmin vai além das identidades nas reformas, nos une também o princípio da administração pública focada na cidadania”.

Como todo mundo sabe, Jefferson é um campeão da cidadania e da administração pública.

Já sua filha, Cristiane Brasil, é investigada no STF por “comercialização indevida de registros sindicais”. Proibida pelo ministro Luiz Edson Fachin de se encontrar com os outros investigados no mesmo inquérito, ela foi liberada pelo petista Dias Toffoli, para se encontrar com eles na convenção do PTB – que apoiou Alckmin (cf. [Cristiane Brasil imita PT e se diz perseguida pela Justiça](#)).

Talvez porque a rede de criminosos seja a mesma, houve quem dissesse – inclusive na imprensa – que esses partidos foram apoiar Alckmin por articulação de Lula, que seria o “orientador” de Valdemar Costa Neto. Em troca, Alckmin, se eleito presidente, liberaria Lula e acabaria com a Lava Jato.

Não sabemos se isso é verdade – e, portanto, não o afirmamos. E algo por aí que Marina Silva quis dizer com “Alckmin é uma Dilma de calças” ou Ciro Gomes com “Valdemar está sendo orientado pelo Lula”.

Uma coisa é verdade: o principal interesse desses novos apoiadores de Alckmin é, tanto quanto Lula, escapar da Lava Jato e acabar com ela.

Ou será que o interesse desse pessoal é desenvolver o Brasil, combater a dominação do imperialismo e instalar o socialismo?

A começar pelo próprio partido de Alckmin, toda essa turma não tem outro projeto para o Brasil, senão o de acabar com a Lava Jato para roubar impunemente o dinheiro e a propriedade pública.

É verdade que não são os únicos: afinal, qual é o projeto do PT?

Por isso, a suspeita de que Lula interferiu para que o centrão e outros partidos apoiem Alckmin não é descabida. Até porque, a insistência de Lula na sua própria candidatura, significa facilitar a campanha de Alckmin.

Tudo isso são mais indícios do que provas, é verdade – ainda que muitos indícios, segundo alguns criminalistas, possam equivaler a uma prova.

Mas a questão é que este país está cansado de Alckmins e Lulas – e das moscas, sempre as mesmas, que os acompanham.

O que se pode esperar de quem é eleito com o apoio de bandidos – inclusive, talvez, o apoio tácito, ainda que camuflado, de Lula – senão proteger bandidos?

CARLOS LOPES

Congresso da Abrasco defende o fim do congelamento de gastos na Saúde

A crítica à EC 95, que congela o orçamento federal por 20 anos, a defesa do SUS e o rechaço ao PL do Veneno, foram os principais temas do “Abrascão”

Entre os dias 24 e 29, foi realizado o 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro.

O evento reuniu mais de 8000 pessoas, entre pesquisadores, professores, estudantes, gestores, profissionais de saúde, conselheiros de saúde, movimentos sociais e membros da comunidade. A crítica aos repetidos cortes na verba da saúde, a Emenda Constitucional 95, que permite congelar o orçamento do governo federal pelos próximos 20 anos, a defesa do Sistema Único de Saúde e o projeto de lei que desregula do uso de agrotóxicos no país (PL do Veneno), foram os principais temas do “Abrascão”.

Em uma de suas mesas de debate a entidade convidou os candidatos à Presidência da República nas eleições de 2018 para ouvir suas propostas sobre a Saúde.

Estiveram presentes os candidatos João Goulart Filho (PPL) e Guilherme Boulos (PSOL), que formaram a mesa junto à representante de Manuela D’Ávila (PCdoB), Jandira Feghali. Já o PT, que mantém a candidatura de Lula (que atualmente cumpre pena na prisão da PF em Curitiba), foi representado pelo seu ex-ministro Alexandre Padilha.

Os candidatos e representantes se posicionaram contra a Emenda Constitucional 95/2016, criada por Temer, que congelou investimentos em saúde até 2036. Segundo a Comissão Intersetorial de Orçamento e Finanças (Cofin), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a emenda vai gerar um prejuízo estimado em R\$ 400 bilhões na Saúde.

O candidato João Goulart Filho destacou que sua primeira medida ao assumir a Presidência será a revogação da EC 95. “A primeira medida que devemos tomar, é rever a emenda constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos primários, incluindo os gastos com a saúde por 20 anos”.

Ele ressaltou que a saída para reversão do subfinanciamento crônico do SUS também passa pela “redução dos juros cobrados no nosso país, que frequentemente estão no topo do ranking mundial [...] nós dizemos que o

principal gasto público do país é que tem que ser congelado, não é o gasto social, não são os investimentos, é o gasto com o pagamento da dívida pública. Além disso, para melhorar o financiamento da saúde pública deve-se suspender a desvinculação receitas da união, a DRU, que retira 30% de recurso da seguridade social para o pagamento de juros”.

Para João Goulart, o país está cada vez mais distante de cumprir a Constituição de 88, que define a saúde como um direito de todos e um dever do estado. Ele destacou que o Brasil gasta cerca de 9% de seu PIB em saúde, mas “apenas 45% são gastos públicos, e ainda dentro do SUS os planos de saúde contraem uma dívida bilionária que anualmente tem sido perdoadada ou subsidiada pelo congresso e pelo governo federal”. Em contraponto afirmou que “no Reino Unido os gastos com saúde correspondem a 10% do PIB, só que desse gasto 80% são gastos públicos. Aqui os 30% de brasileiros que usam os planos de saúde privados tem a sua disposição mais recursos do SUS do que os 70% dos brasileiros que dependem do SUS. O atual modelo de saúde brasileiro é um modelo misto, comercial e público, com predomínio do setor lucrativo, isso restringe o acesso à saúde de boa qualidade para aqueles que têm recursos”.

O candidato do PSOL, Guilherme Boulos, afirmou que “nós não podemos aceitar a visão vendida todos os dias pela mídia de que o problema do SUS é de modelo, de que o modelo é falido. É essa visão que leva a propostas vergonhosas como os planos populares da saúde”.

Ele também defendeu que “o nosso compromisso tem que ser a revogação da emenda 95”, além do combate da privatização da saúde no país, valorizando a gestão direta “para tirar OSs [Organizações de Saúde]”.

O candidato rechaçou o assassinato da vereadora carioca, Marielle Franco (PSOL). “A democracia é ferida quando o debate é substituído por balas”, afirmou.

Jandira se posicionou contra a potencialização de planos privados de saúde, propostas pelo governo Temer. Ela lembrou de avanços após a Constituição de 1988 e defendeu que a “prioridade é a taxação das grandes fortunas e um referendo revogatório da EC 95”.

MS: STJ mantém ex-governador André Puccinelli (PMDB) preso

O desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Maurício Kato, negou o pedido de habeas corpus impetrado em favor do ex-governador de Mato Grosso do Sul André Puccinelli (PMDB), seu filho, André Puccinelli Júnior, e o advogado João Paulo Calves, presos pela segunda vez na última sexta-feira (20) por envolvimento em esquemas de desvio de dinheiro e corrupção.

Réus e investigados em ações penais decorrentes da Operação Lama Asfáltica, Puccinelli, seu filho e o advogado tiveram suas prisões decretadas para “garantia da ordem pública, em razão da continuidade e operatividade dos crimes de lavagem de dinheiro”.

Com relação a Puccinelli e Puccinelli Filho, a prisão preventiva foi determinada, ainda, “para fins de garantia da instrução criminal, em razão de ocultação de provas”.

De acordo com a decisão do juiz federal Bruno Cezar da Cunha Teixeira, a Controladoria-Geral da União (CGU), comparando dados coletados pela Polícia Federal e pela Receita, em especial documentos apreendidos em buscas e apreensões, bem como elementos bancários e fiscais coletados na 5ª fase da operação, denominada “Papiros de Lama”, detectou que um instituto de ensino jurídico seria usado para lavagem de ativos, “através da mescla de recursos lícitos e ilícitos que não eram distribuídos aos sócios nominais, mas vertidos em contas de investimento e na compra de papéis da própria empresa junto ao mercado financeiro”. O instituto pertenceria a Puccinelli Filho, que usaria João

Paulo Calves como ‘testa de ferro’, segundo a CGU, para atos de lavagem.

As investigações ainda mostram que o ex-governador e seu filho, ocultavam documentos, declarações de imposto de renda, quadros, maquetes e documentos de transação de gado e compra e venda de safras agrícolas em caixas de papelão mantidas em quitinetes localizadas no bairro popular de Indubrasil, na zona periférica de Campo Grande-MS.

Para o ministro Humberto Martins, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e responsável por negar o pedido de liberdade de Puccinelli “a decisão que decretou a prisão preventiva está fundamentada em elementos concretos, reveladores de persistência na prática de crimes”. O ministro citou trechos utilizados pelo juiz que decretou a prisão, com ênfase na movimentação de valores e bens e a sistemática ocultação de propinas em um esquema denominado pela Controladoria Geral da União (CGU) como “poupança de propinas”.

MARUN DEFENDE
Após a notícia da segunda prisão do ex-governador Puccinelli (MDB), o ministro da Secretaria do governo, Carlos Marun (MDB) saiu em defesa de seu companheiro de partido dizendo que considerou a prisão “equivocada”.

“Aguardo a rápida revisão pelas instâncias superiores desta decisão equivocada e a consequente libertação do nosso pré-candidato, para que ele possa voltar à arena onde devem ser resolvidas e julgadas as questões políticas: o processo eleitoral”, disse.



Os candidatos do PPL, João Goulart Filho, e do PSOL, Guilherme Boulos, durante debate com presidentiáveis no Congresso da Abrasco. Ao lado, abraço dos participantes do evento na sede da Fundação Oswaldo Cruz



MPF denuncia ex-secretário de Alckmin e outros 13 por roubo nas obras do Rodoanel

O ex-presidente da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário de São Paulo (Dersa), Laurence Casagrande Lourenço e outros 13 foram denunciados pela força-tarefa da Operação Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF), em São Paulo, por desvios nas obras do trecho Norte do Rodoanel, na última sexta-feira (27).

Eles são acusados por crimes de fraude à licitação, falsidade ideológica e organização criminosa. O MPF também pediu que seja aberto um inquérito em separado para apurar corrupção e crimes financeiros.

Laurence Casagrande que está preso pela Operação Pedra no Caminho desde junho, foi secretário de Logística e Transportes do Governo Alckmin (PSDB) no estado de São Paulo. Dentre os outros acusados, oito são ligados à Dersa e quatro são funcionários de construtoras OAS, Mendes Júnior e Isolux, responsáveis pelos lotes. Todos foram alvos da Operação Pedra no Caminho, deflagrada em 21 de junho.

A acusação aponta que o esquema “operou fraudes no trecho norte do Rodoanel entre outubro de 2014 até a deflagração da operação”. São alvos da denúncia

as licitações dos lotes 1, 2 e 3. As obras tiveram aporte de recursos federais por meio do convênio 04/99, firmado pelo DNIT, pela Dersa, pelo Estado de São Paulo e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com o MPF, os crimes começaram com a celebração de Termos Aditivos ao Contrato n. 4.349/2013, firmado com a OAS no Lote 2, em outubro de 2014. O aditivo previa a inclusão de serviços de remoção rochas a céu aberto, o que acabou estendido também para os lotes 1, 3, 4 e 5 da obra.

A denúncia aponta que Laurence Casagrande Lourenço elevou “arbitrariamente” valores da obra do trecho norte do Rodoanel e também adequou “novas planilhas de preços e serviços sem justificativa”.

A força tarefa da Laja Jato afirma que os aditivos se baseavam na “presença inesperada” de rochas que precisavam ser removidas. Porém o projeto inicial se baseava em pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP, que estuda a região há 60 anos. Portanto a retirada dessas rochas já era um custo previsto para cada lote.

Os acréscimos indevidos geraram impacto financeiro calculado pelo Ministério Público Federal em torno de R\$

480 milhões, que correspondem ao superfaturamento por meio da manipulação proposital de quantitativos nos contratos. Na denúncia, a Procuradoria requereu que este valor seja o mínimo para reparação. Segundo o Tribunal de Contas da União, somente os aditivos contratuais geraram um prejuízo de R\$ 235 milhões aos cofres públicos.

ESQUEMA
Para atender os interesses das construtoras, os engenheiros fiscais faziam sem ressalvas a aprovação das propostas de ajustes indevidos para o gestor do contrato, que também dava seu aval e encaminhava as propostas de aditivos para aprovação da diretoria colegiada, composta por Laurence Casagrande, Pedro da Silva, Sílvia Araneaga e Benjamin Venâncio, indicados nesta denúncia.

O núcleo financeiro da organização criminosa é objeto de investigação ainda em andamento. Foram identificadas movimentações realizadas por laranjas em contas de passagem, mediante estratégias de ocultação da origem desses valores obtidos criminosamente.

A força-tarefa acredita que esta organização criminosa é enraizada na Dersa há mais de 10 anos.

Paulo Preto tem bens bloqueados por desviar indenizações

O ex-diretor da Dersa, Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, e outros dois investigados por desvios em obras do Rodoanel Trecho Sul tiveram os bens bloqueados pela 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após pressão do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), a Dersa moveu a ação em que pede a condenação de Paulo Preto pelo desvio de R\$ 374,9 mil no programa de reassentamento de famílias nas obras do trecho sul do Rodoanel, concluído em 2010.

O valor corresponde às seis moradias e aos auxílios-mudança que foram

concedidos indevidamente a pessoas ligadas ao operador do PSDB paulista. Seriam elas, duas babás, duas empregadas domésticas, a filha de uma delas e uma secretária que trabalhava na casa do engenheiro, das filhas dele e na empresa de seu genro.

O esquema também resultou em ação penal contra Paulo Preto e os outros alvos do bloqueio na Justiça Federal, no âmbito da Operação Lava Jato em São Paulo. Além de Paulo Preto, também tiveram os bens bloqueados José Geraldo Casas Vilela e Mécia Ferreira Gomes, que teriam feito a inclusão indevida das seis beneficiárias. “Deve ser concedida a me-

diada de indisponibilidade de bens, circunstância indispensável à efetividade das medidas postuladas, ainda que, por possuir caráter acautelatório e não satisfativo, não haja óbice à sua reversão imediata caso a ação não seja procedente, há plena possibilidade de reversão”, anotou o magistrado. O juiz ainda afirma que a “prova documental que acompanhou a inicial aponta pela existência dos requisitos a autorizar a concessão da liminar requerida”, declarou o juiz da 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, José Gomes Jardim Neto. A defesa de Paulo Preto afirmou que vai recorrer da decisão.

Rede oficializa Jorge Bernardi no Paraná

Neste domingo, 29, a Rede Sustentabilidade oficializou como candidato ao governo do Paraná, o professor Jorge Bernardi. A convenção ocorreu em Curitiba e a chapa, conta com o vice Juliano Murbach, do PPL.

A coligação conta com a Rede, o PPL e a DC (antigo PSDC), que juntos, lançaram Flavio Arns (Rede) e Luiz Adão (DC) como candidatos ao Senado pela chapa.

Bernardi durante a convenção, afirmou que os partidos fazem a “coligação do bem e da vontade de mudar o Paraná”, e assim, esperam realizar seu plano de governo com eixos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Entre os eixos do programa de governo, Bernardi



Convenção foi realizada neste domingo, dia 29

prioriza a educação no ensino médio e a segurança pública “Nós vamos alicerçar as nossas ações em eixos programáticos. O primeiro é educação com base fundamental no Ensino Médio. O segundo é a Segurança, voltada para recompor as forças policiais que estão sucateadas e com participação da sociedade”,

afirmou Jorge Bernardi. Marcio Pacheco, deputado estadual pelo PPL comemorou a coligação e acredita em um projeto forte e comprometido com o povo paranaense “nós já fizemos a nossa escolha, porque o PPL sempre decide pelo projeto e não por cargos ou vantagens pessoais”, afirmou Marcio Pacheco.



Em SP, PPL apoiou Márcio França

Partido Pátria Livre realiza convenções em seis estados

O Partido Pátria Livre (PPL) realizou uma série de convenções em diversos estados, no último fim de semana, para definir as chapas de candidatos e coligações para as eleições de outubro.

Em São Paulo, o PPL paulista se reuniu na Câmara de Vereadores, no domingo (29), com a participação de mais de 800 pessoas, e definiu o apoio à reeleição do atual governador de São Paulo, Marcio França (PSB), e apresentou a chapa de candidatos a deputados federais e estaduais.

O governador esteve presente na convenção e em sua intervenção resgatou o exemplo de Eduardo Campos e afirmou que seu legado “ainda dará frutos em todo o Brasil”.

Segundo Marcio França São Paulo é um grande estado, “maior que muitos países”, e que é governado “há quase 30 anos do mesmo formato”, mas que agora “o que se sente em todo lugar é que as pessoas querem tentar um novo jeito de governar”. Ele lembrou que atualmente são 15 partidos apoiando a candidatura.

O presidente do PPL de São Paulo Miguel Manso destacou a diferença entre os governos tucanos e esses meses de governo peesbeista como a “paralisação da privatização do parque Ibirapuera”, e “o reajuste salarial aos professores que há anos não recebiam nenhum reajuste”.

No Rio Grande do Sul, o partido confirmou em convenção, no domingo (29), a candidatura própria à Presidência da República, com João Goulart Filho e o apoio à coligação “Rio Grande Tem Solução”, com a candidatura de Jairo Jorge (PDT) ao governo do estado nas eleições de 2018. O PPL integrará a chapa junto com PDT, PV, Solidariedade, Podemos, e Avante.

Em sua intervenção João Goulart Filho repudiou a “nefasta política neoliberal” vigente no país “com juros altos”. Goulart também afirmou a necessidade “das riquezas do povo servirem ao povo”, e que para isso o “estado precisa ser forte para atender as demandas do povo”.

O pré-candidato do PPL se posicionou contra o armamento da população e defendeu uma ampla política de segurança pública organizada pela União e defendeu a retomada das reformas de base para o crescimento do Brasil

No Rio de Janeiro o PPL, com convenção realizada no sábado (28), o partido lançou Brizola Neto a deputado estadual. Quando fez uso da palavra ele destacou o papel do trabalho no desenvolvimento do país, o exemplo dos CIEFs, escolas de tempo integral, implementadas pelo governo de Leonel Brizola no Rio como instrumento para diminuir a violência no estado e criticou a política do governo do estado para segurança pública “violência não acaba com violência”.

No Paraná em convenção realizada no último dia 26, na Câmara Municipal de Cascavel, o PPL homologou o apoio aos pré-candidatos Professor Jorge Bernardi (REDE) ao Governo do Estado, Flavio Arns ao Senado e apresentou os candidatos a deputado federal e deputado estadual. O encontro reuniu mais de 200 pessoas e foi conduzido pelo presidente do Partido Pátria Livre (PPL), deputado Marcio Pacheco, que concorre à reeleição nas eleições deste ano.

No dia 27, no Amapá, o PPL realizou convenção em conjunto com a Rede, no sindicato dos Urbanitários, onde foi homologado o apoio à reeleição do senador Randolfe Rodrigues (REDE), além da apresentação dos candidatos ao parlamento.

No Mato Grosso do Sul, em convenção realizada no sábado (28), o PPL lançou o ex-subsecretário estadual de Juventude, Thiago Freitas, a disputa do Senado e focando na Câmara Federal o partido lança chapa com 12 candidatos a deputado federal.

O Partido Pátria Livre do Maranhão, participou da convenção da coligação de apoio à reeleição do governador Flavio Dino (PCdoB). Mais de 10 mil pessoas participaram do ato.

Justiça condena os três primeiros acusados da Operação Carne Fraca

Nesta sexta-feira (27), o juiz Marcos Josegrei da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, condenou três pessoas na Operação Carne Fraca. Essa é a primeira sentença da operação.

Gil Bueno de Magalhães, ex-superintendente regional do Mapa (Ministério da Agricultura do Paraná), Antonio Garcez da Luz ex-chefe do escritório do Mapa em Foz do Iguaçu e Carlos Alberto de Campos, assistente administrativo foram condenados na justiça paranaense por crimes de corrupção passiva, peculato e uso de atestado médico. Gil foi condenado a sete anos e nove meses, Antonio foi condenado a quatro anos e um mês, ambos no regime semiaberto e Carlos Alberto foi condenado a três anos e oito meses, no regime inicial aberto.

A Operação Carne Fraca, iniciada em março de 2017, começou com a investigação do envolvimento de fiscais do Ministério da Agricultura em um esquema de liberação de licenças e fiscalização irregular de frigoríficos. Com três fases deflagradas “1ª fase, 2ª fase (antídoto), 3ª fase (trapaça)”, a operação segue apurando o descaso e os crimes realizados pela indústria agropecuária.



Cerca de 10 mil pessoas em fila de emprego no Vale do Anhangabaú

Metade dos empregos gerados em SP de maio para junho foram sem carteira assinada

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), dos empregos gerados entre maio e junho na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), metade foi sem carteira assinada. Dado que pode estar associado ao “grau de incerteza que domina o cenário político e econômico pelo qual atravessa o país”, diz o coordenador da pesquisa, Alexandre Loloian, do Seade.

A taxa média de desemprego na região metropolitana de São Paulo teve ligeiro recuo de maio para junho, passando de 17,4% para 17%. O tempo de procura por trabalho na Grande São Paulo continua alto: 50 semanas, ou quase um ano.

Na semana passada, um mutirão de emprego do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo reuniu mais de 10 mil pessoas no Vale do Anhangabaú, na região central, em busca de 1.800 vagas.



Servidores protestam em frente à prefeitura

Servidores públicos de Porto Alegre iniciam paralisação

Os servidores públicos municipais de Porto Alegre decidiram, em assembleia realizada na última quinta-feira (26), iniciar uma greve nesta terça (31) contra a “reforma da Previdência” levada à frente pelo prefeito Nelson Marchezan Jr. (PSDB) e pela reposição da inflação acumulada de 2016 e 2018.

Marchezan propôs para a Câmara de Vereadores, em abril, um pacote de Projeto de Leis (PL’s) que altera diversos pontos dos planos de carreira e na previdência dos servidores municipais e também permite algumas privatizações.

Entre as medidas está a redução das revisões automáticas da folha de pagamento, que reajusta o valor em 5% a cada três anos. A proposta da prefeitura é baixar esse percentual para 3%. No pacote há ainda outras medidas, como acabar com valores adicionais por tempo de serviço e a extinção da licença prêmio. Em relação à Previdência, a prefeitura visa criar uma previdência privada para os servidores que recebem acima do teto do INSS.

Segundo o Sindicato dos Municipais de Porto Alegre

(Simpa) “os municipais querem barrar os projetos de Marchezan, que atacam o funcionalismo, especialmente o PLCE 07/2018, da Previdência Complementar, bem como a ameaça de parcelamento de salários”. As perdas salariais acumuladas atingem 6,85%. “Desde o ano passado, o prefeito não concede a reposição salarial aos servidores e já sinalizou que não dará neste ano, apesar de obrigatório por lei”, afirma a entidade.

Junto do Simpa, farão greve as categorias municipais representadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Rio Grande do Sul (Sindisaúde), Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (Sergs), Sindicato dos Agentes Comunitários do Rio Grande do Sul (Sindacs) e Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers).

Para o primeiro dia de greve estão marcadas manifestações em frente à Secretaria Municipal de Saúde, seguido de panfletagens no centro da cidade e de ato “Fora Marchezan!” no Paço da Cidade. A próxima assembleia será realizada na quinta-feira (2).

Após protestos, ANS desiste de franquia em planos de saúde



Indicativo de paralisação está marcado para o dia sete de agosto

Trabalhadores dos Correios se mobilizam para greve nacional

Frente à intransigência da direção dos Correios sobre o Acordo Coletivo, os trabalhadores da estatal marcaram indicativo de greve nacional a partir do dia 7 de agosto. A proposta da empresa visa a subtração de direitos e um reajuste salarial abaixo da inflação.

As negociações entre os trabalhadores, centralizados através de um Comando Nacional de Mobilização e Negociação (CNMN), e a direção da empresa vem ocorrendo desde o início de julho. Porém, a proposta inicial dos diretores está sendo mantida. De acordo com ela, os salários seriam reajustados em 1,58%, o que significa apenas 60% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que foi de 2,64% desde o último Acordo Coletivo,

e direitos como Vale-alimentação e Vale cultura seriam suprimidos. Além disso, a proposta diminui o adicional noturno de 60% para 20% e o tempo considerado como “noturno” em três horas.

Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (FENTECT), é de interesse dos trabalhadores insistir o máximo possível nas vias da negociação, mas caso a proposta e a postura da empresa não sejam alteradas, os trabalhadores recorrerão à greve para garantir seus direitos. Já foram realizadas assembleias em todos os estados do país, e em todas elas foi aprovado por unanimidade o processo de mobilização para a greve, que, caso as coisas se mantenham inalteradas, começará às 22h do dia 7 de agosto.

Segundo Fisher Moreira, diretor da FENTECT, “as assembleias por todo país deixaram claro que os ataques da empresa só serviram para motivar os trabalhadores. Mesmo fazendo uso da Reforma Trabalhista e da ameaça de suspensão do ACT, os trabalhadores vão dar a resposta à altura, construindo a maior greve dos últimos tempos”.

Para o secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Paraná (Sindcom-PR), “reajuste das tarifas, atraso nas entregas, ameaça de privatização e outras, têm sido algumas das mazelas a que os trabalhadores dos Correios e a população têm sido submetidos pelos gestores dos Correios. O problema não é falta de recursos, é má gestão”.

Entidades dos petroleiros repudiam decisão de ministro do STF contrária aos trabalhadores

A decisão do presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, de suspender os efeitos do julgamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que no fim de junho condenou a Petrobras a pagar R\$ 17 bilhões aos trabalhadores, foi repudiada pelas principais entidades que representam os empregados da Petrobrás.

“Ao que tudo indica Toffoli não falou com nenhum ministro do TST, não leu o julgado e muito menos ouviu a parte dos trabalhadores que sua decisão prejudica. Pior, Toffoli promove uma verdadeira ‘intervenção’ contra o TST, desmoralizando todos os 24 ministros da corte supremo da Justiça do Trabalho”, afirma artigo publicado no site do Sindipetro-RJ, assinado por André Lobão.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) vê como “grave e irracional” a decisão do ministro de suspender a deliberação do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Em 2007 - sob a gestão de José Eduardo Dutra, ex-presidente da empresa e ex-presidente do PT, no primeiro mandato do governo Lula - a Petrobrás começou a inserir no cálculo da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) os benefícios que deveriam ser pagos para além da remuneração mínima, tais quais os adicionais de insalubridade, noturno e confinamento, ou seja, parou de pagá-los. Foram, então, sete mil ações individuais e 47 coletivas reivindicando os direitos dos trabalhadores..



O TST julgou a questão em junho, e decidiu, por 13 votos a 12, que os retroativos deveriam ser pagos

Para o presidente da FUP, Simão Zanardi Filho, “o que está em jogo (...) é o direito dos trabalhadores

de ter uma remuneração diferenciada por estarem expostos a meio ambientes nocivos. Um petroleiro que trabalha numa plataforma, por exemplo, em ambiente confinado, exposto a riscos químicos, físicos e biológicos, operando equipamentos de alto risco, não pode ganhar igual a um trabalhador que está num prédio administrativo”.

O pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou a questão em junho, e decidiu, por 13 votos a 12, que os retroativos deveriam ser pagos. Apesar de não dizer respeito a nenhuma matéria constitucional (que é o único assunto que o STF pode julgar), Toffoli, enquanto ocupou, interinamente, o cargo de presidente da instância, atropelou toda a discussão e suspendeu a decisão anterior (v. “Con-

tra os trabalhadores da Petrobrás, Toffoli suspendeu a decisão do TST”, no site www.horadopovo.org.br)

Toffoli argumenta que “são notórios os efeitos econômicos que a implementação dessa decisão [condenação do TST] poderia acarretar aos cofres”. É evidente que os trabalhadores não querem falir a empresa para a qual trabalham, ainda mais por se tratar de uma estatal. O que querem são os seus direitos. Como eles podem ser restabelecidos (isto é, pagos os adicionais), sem prejudicar a Petrobrás, é algo perfeitamente negociável.

Segundo Zanardi, que chamou a decisão de Toffoli de “intempestiva”, “o STF já julgou situações similares a essa e se posicionou favoravelmente aos empregados. O que está em questão é a justiça e não o caixa da empresa. Esperamos que siga o mesmo caminho nesse processo”. A FUP recorrerá da decisão.

Norma previa que clientes pagassem até 40% de coparticipação em cima do valor de cada procedimento médico realizado

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) derrubou a norma que previa a cobrança de até 40% de coparticipação dos clientes de planos de saúde. A regra foi estabelecida no mês passado e já havia sido proibida temporariamente pela presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia.

A resolução da ANS havia sido aprovada em 28 de junho, e alterava a aplicação de franquia em convênios médicos e previa que os pacientes deveriam pagar até 40% no caso de haver cobrança de coparticipação em cima do valor de cada procedimento realizado.

Segundo a própria agência, a coparticipação é uma das modalidades de planos de saúde, em que o consumidor paga à operadora um valor referente à realização de um procedimento ou evento em saúde. Já a franquia refere-se ao valor estabelecido no contrato do plano até o qual a operadora não tem responsabilidade de cobertura.

Embora não existisse uma lei que estipulasse um valor mínimo ou máximo a ser cobrado nessas modalidades de planos, havia desde 2009 uma orientação da ANS que sugeria o repasse de 30% como um máximo aceitável. Com a norma criada em junho, o máximo passa a ser 40% - logo, se o paciente fizer um exame que custa R\$ 100, a operadora pode cobrar até R\$ 40 dele, além do valor da mensalidade - e há, portanto, um aumento do valor na prática.

Em reunião nesta segunda-feira (30), a diretoria da ANS decidiu revogar a norma aprovada em junho (mas que só entraria em vigor a partir de dezembro) e, frente à ampla rejeição e protestos por parte da sociedade, fazer audiências públicas sobre o tema.

A decisão da ministra Cármen Lúcia foi resultado de um pedido de liminar da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao STF. Segundo a entidade, a norma da ANS “desfigurou o marco legal de proteção do consumidor”, além de ir contra norma anterior, de 2008, do Conselho de Saúde Suplementar, que

proibia coparticipação que caracterizasse “fator restritivo severo ao acesso aos serviços”. Por esses motivos, explica a OAB, essa norma só poderia ser editada com aprovação do Congresso.

Além da OAB, entidades de defesa dos direitos dos consumidores, como o PROCON e Proteste, também se manifestaram contra o aumento de cobrança na franquia e planos de coparticipação, denunciando que, além do preço extorsivo, a mudança pode acabar extinguindo planos de cobertura integral (em que não é preciso pagar pelos serviços além da mensalidade). “As regras dão a possibilidade de que eles [os planos com cobertura integral] sejam oferecidos, mas não é obrigatório, e, se deixarem de ser vantajosos para as operadoras, elas podem deixar de oferecer”, disse a advogada e representante da Proteste, Livia Coelho.

Em nota, a ANS chegou a alegar que criou a medida acreditando que ela baixaria o valor das mensalidades dos planos de saúde - esquecendo-se talvez que o intuito das operadoras de saúde é obter lucro, e não ajudar a população. No relatório em que pede a revogação da norma, o diretor de desenvolvimento setorial da ANS, Rodrigo Aguiar, afirmou que “a ANS previa uma absorção positiva das novas regras pela sociedade, especialmente pelos consumidores”.

Nesse sentido, o parecer da ministra Cármen Lúcia aponta que “saúde não é mercadoria. Vida não é negócio. Dignidade não é lucro. Direitos conquistados não podem ser retrocedidos sequer instantaneamente”. Em outro trecho a ministra completa, apontando “a inquietude dos milhões de usuários de planos de saúde, muitos deles em estado de vulnerabilidade e inegável hipossuficiência, que, surpreendidos, ou melhor, sobressaltados com as novas regras, não discutidas em processo legislativo público e participativo, como próprio da feitoria das leis, vêem-se diante de condição imprecisa e em condição de incerteza quanto a seus direitos”.

ANA CLÁUDIA

Custo do gás de cozinha supera 50% da renda dos mais pobres

Segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (dieese), em alguns estados da federação, o custo do gás de cozinha supera 50% da renda dos mais pobres. “O aumento [do gás de cozinha] afeta diretamente a taxa de inflação, elevando o custo de vida e depreciando o valor dos salários”, destacou o Dieese.

A pesquisa realizada em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, indica que, em 2017, os rendimentos médios das famílias no 1º decil de renda, ou seja, das 10% mais pobres, variaram de R\$ 117,04, no Maranhão, a R\$ 773,97, em Santa Catarina. Considerando que uma família usa, em média, um botijão de 13kg [Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)] por mês, e tendo como referencial o preço do botijão no último mês de junho, é possível constatar que o custo do gás de cozinha na renda familiar representou 59% do orçamento entre os 10% mais pobres no Maranhão, 51,5% no Acre e 50,7% em Sergipe. Já entre as famílias

do 2º decil, o gás pesou mais no Maranhão (16,5%), Acre (14,1%), Piauí (13,3%) e em Sergipe (13,0%). E menos no Distrito Federal (5,2%), em São Paulo (5,1%) e Santa Catarina (4,2%)”, apontou o Dieese.

Para o Departamento de pesquisa, a política doentia do governo Temer de atrelar os preços dos derivados de petróleo (gasolina e diesel) e de reajustes do preço do gás de cozinha ao mercado especulativo internacional, gerou grandes impactos no orçamento das famílias. “É bastante impactante, porque é um insumo fundamental para a produção de alimentos e, no caso do orçamento, as pessoas têm um dispêndio grande se o preço do combustível e do gás de cozinha é alterado”, explicou o diretor-técnico do instituto, Clemente Ganz Lúcio, em entrevista na quinta-feira (26), ao Rede Brasil Atual.

Para fugir do preço exorbitante, as famílias mais pobres tem trocado o gás de cozinha por álcool, lenha e querosene, por exemplo, uma mudança que tem causado muitos acidentes.

Khan, líder do combate aos drones de Obama, vence as eleições no Paquistão

O líder da luta contra a corrupção e crítico da invasão norte-americana no Afeganistão, Imran Khan, venceu as eleições legislativas do Paquistão, na quarta-feira (25). Khan é líder do Movimento pela Justiça do Paquistão (TPI), partido que elegeu 109 deputados.

Inscreveram-se no pleito cerca de 106 milhões de paquistaneses, na primeira eleição onde as mulheres tiveram a oportunidade de votar no país. Sob uma atmosfera de muita tensão, com a eleição sendo antecedida por diversos atentados terroristas, Khan se apoiou em propostas de mudança para construir “um novo Paquistão”. Em seu discurso de vitória, ele afirmou estar disposto a “melhorar as relações com os países vizinhos”, alegando que pode aprender muito sobre combate a corrupção e a pobreza com a China, bem como disse que trabalhará para por fim ao conflito da região de Caxemira com a Índia.

Durante sua campanha, Khan criticou a política belicista dos EUA. “Infelizmente, há um problema com a política americana de usar uma solução militar unidimensional para problemas no Afeganistão, que levou não só à mais longa guerra, mas também causou imensos problemas ao Paquistão”, afirmou Khan em abril à RT.

O presidente eleito lidera há seis anos manifestações contra ataques com drones que Obama supervisionava e que, a pretexto de matar “terroristas” (leia-se guerrilheiros que resistiam à invasão do vizinho Afeganistão pelos EUA), chacinou civis em solo paquistanês, com protestos quase que balbuciados pelos governos anteriores do país atacado.

Em julho de 2017, o ex-primeiro-ministro, Nawaz Sharif, foi desqualificado pela Corte Suprema do Paquistão, após seu nome haver aparecido nos documentos reveladores de corrupção denominadas de Panamá Papers. Em julho deste ano, Sharif foi condenado – em ausência, pois está foragido da justiça de seu país em Londres – a 10 anos de prisão.

Quanto ao primeiro-ministro eleito, sua determinação em acabar com os ataques a drones se manifestou de forma aberta em declarações à imprensa, em 2016. Para ele, “o uso desumano de ataques a drones, em total violação dos direitos humanos, ao invés de matar terroristas, mata as perspectivas de paz no Afeganistão”.

Ele seguiu condenando essas “táticas desumanas de matar pessoas a controle remoto, como num jogo de computador; desumanizando as pessoas, tratando os atingidos como se fossem seres de outro planeta. Sem dar aos alvos dos drones os direitos básicos de provarem sua inocência”, proclamou Khan.

“Não dá pra entender como os americanos pensam que uma bomba, quando explode, tem em seus estilhaços o conhecimento exato de quem é terrorista, quem é uma mulher, quem é uma criança e quem é uma avó”, prosseguiu.

Ao ser eleito, Khan, lembrou sua luta contra a agressão ao Paquistão destacando: “Felizmente hoje me foi dada à chance de realizar o que sonhei para o país”, prosseguiu, “nossa esperança é de que haja um acordo; que haja paz no Afeganistão porque o Paquistão é afetado por aquilo que ocorre no Afeganistão”.

GABRIEL CRUZ

Zimbábue: Mugabe, que não disputa Presidência, é aclamado logo após votar

O líder da libertação do Zimbábue, Robert Mugabe, foi efusivamente saudado por centenas de compatriotas ao sair da sessão eleitoral onde acabara de votar nas eleições presidenciais de segunda-feira. “Sentimos falta dele. Eu o vi pela última vez há algum tempo”, afirmou Everjoy Tafirei, eleitora de 22 anos, ao se referir a sua deposição por um grupo de militares do país.

Outro eleitor, Jacob Mucheche (34), afirmou que deseja apenas apertar a mão do ex-presidente, que afastado pela trama militar em novembro do ano passado. “Eu só quero vê-lo cara a cara, até mesmo apertar sua mão como alguém que apoiei toda a minha vida. Ainda sinto que ele é meu herói”.

Mugabe renunciou no dia 21 de novembro de 2017, após o acirramento de um conflito dentro do seu partido, o partido de libertação do Zimbábue (ZANU-PF), que explodiu numa insurreição dentro das forças armadas tomando o controle do governo e da mídia estatal. O golpe foi liderado pelo Comandante das Forças de Defesa do Zimbábue, Constantino Chiwenga, alinhado com o ex-vice-presidente, Emmerson Mnangagwa.

Mugabe foi o principal líder da luta de libertação contra o colonialismo e imperialismo inglês, tendo conquistado o poder em 1980, quando declarou a independência do país após ser eleito primeiro-ministro na primeira eleição democrática do Zimbábue.

ELEIÇÕES

O alvoroço em torno de Mugabe foi tamanho que ele teve dificuldades para sair das instalações eleitorais, entusiasmo que

não foi verificado quando o chefe da articulação golpista, Mnangagwa, também do ZANU-PF, depositou o seu voto, pouco mais cedo. O candidato do partido MDC, antiga oposição a Mugabe, Nelson Chamisa, também não recebeu tamanho carinho dos eleitores. O MDC tem uma trajetória de articulação com o colonialismo.

Por suas medidas e esforço por uma África independente e consciente da injustiça dos colonizadores, Mugabe foi um dos líderes que teve a imagem mais aviltada pelos instrumentos midiáticos imperiais.

Sobre as eleições, Mugabe afirmou que apoiará Chamisa, atual líder do partido historicamente contrário às medidas de libertação e reapropriação de terras por parte da maioria nativa durante um processo de superação de um regime similar ao segregacionista sul-africano. “Não posso votar naqueles que me reduziram a esta condição”, afirmou, aparentemente para apenas se opor a Mnangagwa.

Pouco depois de destituir Mugabe, Manangagwa se comprometeu a recompensar os fazendeiros brancos que se beneficiaram da instalação do apartheid na antiga Rodésia do Sul. Um retrocesso após a mais ampla reforma agrária já realizada na África.

Mugabe, ao declarar apoio a Chamisa, afirmou que “parece que ele tem se saído bem nos comícios”, acrescentando que gostaria de se encontrar com ele caso venha a ser eleito. Chamisa, por sua vez, foi descortês com seu inesperado apoiador. Declarou que “os desejos de Mugabe são os seus desejos. Ele vou aceitar qualquer eleitor de mãos abertas. Quanto mais, melhor”.

Símbolo da Resistência Palestina, Ahed, está livre da prisão em Israel



Rosto de Ahed estampado em grafiti sobre o Muro da Segregação e encontro da jovem com Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP)

Humberto Ortega diz a irmão Daniel que pare de usar paramilitares contra o povo

"O principal responsável pela situação que estamos vivendo é quem está à frente do Estado da Nicarágua, o governo que deveria ter tomado todas as medidas para não chegar a estes níveis de sangria que o povo está sofrendo", afirmou Humberto Ortega, ex-ministro da Defesa e ex-chefe do Exército nicaraguense, na sexta-feira, dia 27.

Ele frisou que seu irmão e presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, "precisa acabar" com as forças paramilitares que promovem a violência no país, reprimindo de forma descontrolada os protestos contra o governo, o que já deixou mais de 450 mortos.

"Se o governo tem um profundo sentido de responsabilidade, em primeiro lugar precisa acabar com a presença destes grupos armados" ilegais que agem "como se fossem uma autoridade militar ou a polícia", declarou Humberto Ortega em entrevista ao programa "Con Camilo", da rede de televisão CNN.

Segundo o ex-ministro, essas forças irregulares são responsáveis por muitas mortes e não se pode permitir que "se consolidem". "O povo não quer ver mais estas forças parapolíciais agindo ao lado da polícia ou sós", assinalou, denunciando que "estão operando de maneira aberta ao lado da



Humberto Ortega: “O responsável pela situação em que vivemos é quem está à frente do governo” polícia nacional”.

O ex-comandante do Exército responsabilizou o governo pela crise que abala o país devido à "repressão indiscriminada" contra os protestos deflagrados em 18 de abril.

Humberto Ortega apoia a retomada do diálogo entre o governo e a oposição, sob a mediação dos bispos da Igreja Católica, aos quais seu irmão chamou de "golpistas" e "terroristas".

O ex-comandante também apoia a proposta dos bispos para se antecipar as eleições de 2021 para 2019 como solução para a crise, mas rejeita a ingerência de Estados Unidos e da comunidade internacional no conflito. "O problema dos nicaraguenses deve ser resolvido pelos nicaraguenses e o presidente precisa reativar o diálogo. Esta é a saída", concluiu Humberto Ortega.

O diálogo nacional está suspenso e os bispos católicos, que se dispõem a atuar como mediadores, se reunirão esta semana para decidir se continuarão seu papel, depois do presidente Daniel Ortega tê-los acusado de serem "parte de um plano golpista" para desestabilizá-lo. Na realidade, a agressão criminosa é a que forças a mando do governo realizam contra quem se manifesta em oposição a sua política. Um grupo de partidários da família presidencial empurrou, golpeou e arranhou o cardeal Leopoldo Brenes, arcebispo de Manágua, e a outros líderes católicos quando tentavam entrar na Basílica de San Sebastián. Um bispo auxiliar foi esfaqueado no braço.

SUSANA SANTOS

“Ao militarizar a segurança interna, Macri atende a pedidos dos EUA”, afirma a ex-ministra da Defesa da Argentina

Em diálogo com a Rádio Estación Sur, a ex-ministra de Defesa da Argentina (2005-2010) Nilda Garré, atualmente deputada da Frente para a Vitória (FPV), assinalou que entregar ao Exército, à Força Aérea e à Marinha uma tarefa que extrapola suas responsabilida-

des como é o caso do combate ao crime organizado, para a qual não têm “nem treinamento, nem equipamento”, é “muito perigoso”, já que pode se considerar como "inimigo interno" a quem "exerça oposição ou se mobilize contra determinadas políticas".

Denunciou que a reforma pretendida pelo presidente Mauricio Macri, atribuindo novo papel às Forças Armadas "obedece ao pedido

dos Estados Unidos de que o país se integre à Doutrina das Novas Ameaças".

"A polícia atua prevenindo o delito, tratando de regular as transgressões e vai aplicando a força de forma gradual e proporcional, a força letal é aplicada em todo caso numa situação extrema, se a própria vida fica em perigo ou de outra pessoa, senão não se aplica. O militar, ao contrário, é preparado dentro da lógica de funcionamento com a aplicação mais intensa possível da força para aniquilar o inimigo", assinalou.

A deputada adiantou que "a semana que vem" o bloco da FPV buscará "convocar uma reunião da Comissão de Defesa" no Congresso para tentar desaprovar o decreto

presidencial que autorizou essas mudanças.

Garré lembrou que as modificações no papel das FF.AA. é algo que o governo vinha "articulando desde janeiro de 2016" sob o pretexto de "priorizar muito a luta contra o narcotráfico".

"Isto era, na verdade, algo pelo que os Estados Unidos pressionavam: para que todas as Forças militares do continente estivessem integradas às diretivas da luta contra as Forças Ameaças como elabora e dirige o Comando Sul", destacou.

Para a ex-ministra, esta é uma fórmula "de Segurança Nacional, ao estilo da que existiu nos anos 60 e 70", naquele momento orientada pelos conflitos da região com as forças patrióticas e nacionais.

A adolescente, Ahed Tamimi, de 17 anos, foi solta no domingo após oito meses presa em Israel por reagir à invasão de sua residência por soldados da ocupação

Depois de oito meses presa, a adolescente de 17 anos, Ahed Tamimi, ficou livre de uma prisão israelense no domingo. Agora considerada símbolo da Resistência Palestina, a jovem resistiu a soldados israelenses que invadiam sua casa no mesmo dia em que um primo seu, Mohamed Tamimi, que se manifestava contra a ocupação das terras de sua aldeia, Nabi Saleh, estava hospitalizado por fratura craniana ao ser atingido na cabeça por uma bala israelense de borracha (são, na verdade, balas de aço recobertas com uma camada de borracha). Ahed, expressando sua incontível indignação, gritou com um dos soldados, o estapeou e chutou. A alteração de Ahed foi visualizada por milhares de pessoas no mundo inteiro dois dias depois que sua mãe – também ativista contra a ocupação – colocou o vídeo da filha, enfrentando os israelenses, nas redes sociais, no dia 17 de dezembro de 2017.

As duas foram presas com a divulgação do vídeo, acusadas de “incitamento”.

“A luta continua!”, foram as primeiras palavras de Ahed ao ser liberada, logo após abraçar sua mãe também solta no mesmo dia.

Já em contato com os palestinos, foi recebida pelo presidente da Autoridade Nacional Palestino, Mahmud Abbas. “Esta menina, Ahed Tamimi, é um modelo da luta palestina por liberdade, independência e pelo estabelecimento do Estado Palestino”, afirmou Abbas. A jovem também prestou homenagem ao maior líder da causa palestina, Yasser Arafat, depositando uma coroa de flores em seu mausoléu em Ramallah.

Tal como a sentença das duas palestinas, mãe e filha, o tiro na cabeça do primo de Ahed e a detenção de Wa’ed, irmão da jovem palestina, que continua preso na prisão militar de Ofer, estão entre os abundantes exemplos dos métodos israelenses – que vão desde a morte de manifestantes na fronteira com Gaza, até a prisão de líderes da resistência civil pela retirada de Israel da Cisjordânia e pelo desmantelamento das colônias judaicas sobre terras assaltadas aos palestinos – na vã tentativa de deter o avanço da resistência ao regime que não só nega aos palestinos o direito inalienável à soberania e autodeterminação, como acaba de aprovar uma lei que afirma a autodeterminação como direito judaico exclusivo. “Uma lei evidente de apartheid”, segundo a denúncia do maestro Daniel Barenboim.

Segundo as organizações humanitárias palestinas ainda permanecem milhares de palestinos presos, entre eles 291 menores de idade.

A família de Ahed, tem tido um papel destacado nas manifestações semanais que ocorrem contra o regime israelense que deixou para a aldeia apenas 4,4% de suas terras, cercando militarmente o restante dos terrenos agricultáveis de Nabi Saleh).

A condenação de Ahed e sua mãe por ‘incitamento’ é uma in-

versão perversa, pois criminosa, condenada mundialmente é a ocupação, são as práticas de assassinato, tortura e punições em massa contra os que se manifestam contra o regime, agora assumida e inteiramente ilegal, após a aprovação da Lei do Estado Nação e não a resistência ou o chamado à luta contra esta agressão mundialmente condenada e considerada ilegal por sucessivas resoluções aprovadas por extensa maioria dos Estados membros da ONU.

Salegh Higazi, que dirige o escritório da Anistia Internacional em Jerusalém, declarou que “a soltura de Ahed, injustamente presa, é um alívio para ela, seus familiares e amigos, mas deve servir de lembrança das contínuas violações de direitos humanos por parte de Israel e a manutenção de dezenas de crianças e adolescentes nas suas prisões apesar de nenhum crime cometido”.

No dia anterior à liberação da jovem, o artista italiano, Agostino Chirwin, que se assina Jorit Agoch, foi preso após realizar um belíssimo grafite com o rosto da jovem palestina sobre o muro da segregação erguido por Israel na fronteira com os territórios palestinos.

“A prisão de Tamimi decorreu de motivações políticas e não por fundamentos legais. Além disso, não é com procedimentos jurídicos deste tipo que o conflito Israel-Palestina será resolvido”, afirmou a advogada israelense que acompanha o caso, Gabby Lasky.

Já o Shin Bet, serviço secreto israelense que atua nos territórios e vigia árabes e opositores ao apartheid em geral, expediu comunicado contra a soltura dela pois “sua postura ideológica demonstra que ela é um perigo potencial”, quando a advogada solicitou a sua soltura brevemente antecipada, no mês de junho.

Mesmo cercada por tanques israelenses, a aldeia de Ahed, a recebeu em festa. Em coletiva a jornais de diversos países, ela declarou: “Não fiz nada de errado. Nada de que eu possa me arrepender. Foi uma reação natural à presença de um soldado em minha casa. Não fui eu quem foi atrás dele para agredi-lo”.

“A prisão”, acrescentou, “me ensinou a ser paciente, a estar em grupo. Ensinou-me a sempre amar a vida, porque quando se está preso tudo adquire mais valor”.

“Estou feliz mas minha alegria é incompleta porque minhas irmãs prisioneiras não estão comigo. Espero que sejam rapidamente liberadas”, declarou Ahed.

Relatou que, mesmo presa, continuou seus estudos pois pretende se graduar em Lei Humanitária e Internacional porque “nada amedronta mais a ocupação do que a verdade”.

O neto de Nelson Mandela, Mandla Mandela, declarou que convidará Ahed à África do Sul para receber uma premiação especial “por bravura, resistência e um símbolo da esperança para milhões”.

NATHANIEL BRAIA

180 intelectuais de Israel rechaçam lei do apartheid

180 escritores, dramaturgos, acadêmicos e artistas israelenses assinam um manifesto exigindo a imediata revogação da lei de apartheid recentemente aprovada no Knesset, parlamento israelense, denominada “Lei do Estado-Nação” que constitucionaliza a discriminação racial já exercida no Estado de Israel.

Além disso, o escritor, Yuval Noah Harar, autor do bestseller Sapiens: Uma breve história da Humanidade, que estará em Los Angeles para uma palestra, recusou um convite do Consulado de Israel na cidade para uma homenagem que o cônsul lhe prestaria, afirmando: “O Consulado é um braço extenso da política do governo de Israel, que limita a liberdade de expressão, de comunicação, a criatividade e o pensamento”.

“Enquanto persistir a Lei do Estado-Nação, não participarei de nada que represente o Estado de Israel”, acrescentou Yuval.

Entre os assinantes do documento dirigido ao prêmio, Netanyahu, estão os mais destacados escritores, David Grossman, Amos Oz e A.B. Yehoshua.

“Durante os anos de seu governo, você tem erodido de forma constante as fundações de nosso Estado. Além de empurrar vastos setores de nossa população à pobreza, prejudicou as relações de Israel com a comunidade judaica norte-americana. Exigimos a imediata revogação de Lei do Estado-Nação que mina a coexistência entre judeus e árabes, druzos e beduínos”.

A liderança da comunidade druzza que – apesar da origem árabe – buscou se integrar ao Estado de Israel, inclusive servindo militarmente ao país, denominou a lei de “traição”.

Panmunjom: Acordo de Paz é tarefa histórica para Seul e Pyongyang

A Declaração de Panmunjom firmada durante a cúpula Norte-Sul pelos presidentes Kim Jong Un e Moon Jae-in afirma claramente que a “declaração de fim da guerra é o início da preservação da paz na Península Coreana” e que os EUA devem mostrar seu aspecto responsável para a estrutura da paz permanente”.

As autoridades sul-coreanas apresentaram como meta a adoção deste termos durante este ano de 2018, o que foi aplaudido pelos setores políticos majoritários na Coreia do Sul mas gerou descontentamento por parte do Partido conservador da ex-presidente Park Geun-hye que hoje cumpre pena de prisão em Seul por corrupção, o Partido Coreia Livre, que embora tenha ficado na rabeira das últimas eleições presidenciais mantém sua linha de confronto com a República Popular Democrática da Coreia e contra a reunificação da nação coreana.

Esse setor minoritário nega a necessidade de que a Coreia do Sul faça uma declaração assumindo o fim da guerra da Coreia (1950-1953), são contra que a substituição do acordo de armistício que nada mais é que uma trégua na guerra, uma interrupção temporária da guerra e não o fim da guerra, por um tratado de paz definitivo; argumentam que “a paz não virá por si só mesmo que se publique uma documento dando fim à guerra”.

A Coreia Popular considera que tal negação por esses conservadores “não passa de loucura frenética e belicista, obstinação pelo confronto e pela guerra na Península Coreana na tentativa de impedir a todo custo a assinatura desse documento e a reconciliação entre ambas as partes coreanas e entre a RPDC e os EUA. O problema em questão é o primeiro passo para aliviar a tensão e estabelecer o sistema de paz duradoura na Península Coreana e, ao mesmo tempo, um componente indispensável para criar a confiança entre a RPDC e os EUA.”

ARMISTÍCIO

O armistício não é o fim da guerra nem assegura a paz. Ele foi assinado há 65 anos e mantendo-se essa situação mantem-se a instabilidade e o desequilíbrio gerando tensões evitáveis.

“A Declaração de Panmunjom determinou como tarefa histórica imposterável o fim do atual estado de armistício anormal e o estabelecimento do firme sistema de paz. E apresentou como um dos mais importantes artigos do acordo o de declarar no presente ano a suspensão da guerra e converter o acordo de armistício em convênio de paz. Tal assunto, o de estabelecer o fim da guerra, também foi aprovado também pelos EUA e ratificado nas conversações durante a cúpula RPDC-EUA constituindo-se em substancial aporte à paz na região e no mundo além de beneficiar não apenas a RPDC e os EUA e outros integrantes da sociedade internacional. “Este assunto deve ser resolvido já. A adoção do fim da guerra vem a ser o primeiro passo inevitável tanto para terminar com as arraigadas relações hostis entre RPDC e EUA para estabelecer novas relações entre esses dois países como para abrir caminho para o novo futuro, a paz e a segurança entre os povos de ambos os países”, afirma também a RPDC.

Todos as partes envolvidas devem levar em conta o espírito da cúpula Norte-Sul e da cúpula RPDC-EUA. É lamentável que essa questão não tenha sido ainda resolvida tendo como pretexto as pressões políticas de setores reacionários e belicistas na Coreia do Sul que já não mais estão poder.

A assinatura da declaração de fim da guerra que deve ser firmada pelo presidente da Coreia do Sul, Moon Jae-in, é a questão central neste momento e é o que pode ajudar a fazer avançar as relações Norte-Sul, o processo de paz na Península Coreana e a distensão e o fim das hostilidades nas relações dos EUA com a RPDC. Além de ser uma clara resposta das forças que almejam a paz na Coreia do Sul aos conservadores que, ao contrário disso, obstinados no passado de confronto, preferem manter o anacrônico acordo de armistício para manter a tensão e a instabilidade na Península Coreana. Que vença o novo, a paz na Península Coreana com a declaração de fim da guerra, as boas relações entre a RPDC e a Coreia do Sul e o fim das hostilidades nas relações RPDC-EUA para que se estabeleça o Tratado de paz definitivo que ponha fim à Guerra da Coreia até hoje inconclusa.

ROSANITA CAMPOS

Tunísia libera porto para navio com 40 imigrantes após 16 dias em alto mar

Após 16 dias de um perigoso impasse, o governo da Tunísia finalmente autorizou, domingo (29), o desembarque no porto de Zarzis de 40 imigrantes resgatados por um navio comercial Sarost 5. Apesar de se encontrarem no barco duas mulheres grávidas e um homem ferido, França, Itália e Malta simplesmente se negaram a prestar qualquer tipo de ajuda.

Com bandeira tunisiana, o governo africano afirmou ter dado a autorização por “motivos humanitários”, já que não havia mais alimentos para as pessoas, mas disse temer que a ancoragem do Sarost 5 - que tem bandeira tunisiana -, abrisse um “precedente perigoso” no Mediterrâneo, convertido em um imenso cemitério. Mais de 1.500 pessoas já morreram apenas neste ano no Mediterrâneo, segundo a ONU.

Vindos de Bangladesh, na Ásia, Egito, Camarões, Costa do Marfim, Senegal, Guiné e Serra Leoa, na África, os imigrantes serão agora acolhidos pelo Alto Comissariado das Nações

Unidas para Refugiados (Acnur), pelo Crescente Vermelho e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Conforme o primeiro-ministro Youssef Chahed, “a Tunísia recusou a abertura de campos de acolhimento para migrantes em seu território e o episódio não deve ser usado como um precedente”.

O capitão do Sarost 5, Ali Aiji, disse que os imigrantes estão esgotados e que o cansaço é tamanho que querem entrar rapidamente na Tunísia. O resgate dos 40 deslocados externos aconteceu no dia 13 de julho, em área de busca e socorro sob competência de Malta, que simplesmente recusou o desembarque. Logo depois foi a vez da Itália e da França também se negarem a receber o navio, que então teve de retornar à Tunísia.

Explicitando o preconceito “higienizador”, a Itália propôs que a União Europeia incentive a criação de postos de desembarque fora do bloco - o mais longe possível -, principalmente do outro lado do Mediterrâneo, em países africanos como Líbia e Tunísia.

Russos repudiam em todo o país ataque de Medvedev à Previdência



PC da Rússia, Frente de Esquerda, sindicatos e entidades mobilizaram multidões

Trump acelera PIB dos EUA para 1,01% no 2º trimestre

O PIB dos EUA aumentou 1,01% no segundo trimestre de 2018, em relação ao trimestre anterior, ou 2,8% na comparação com igual período do ano passado, segundo o Departamento de Comércio dos EUA. Como é costume, a Casa Branca comemorou “alta de 4,1%”, apelando para aquela pirotecnia que praticamente só é usada pelos EUA e que consiste em, arbitrariamente, multiplicar por quatro (um ano) o que é apenas resultado de um trimestre.

1,01% não é nada de tão excepcional, embora seja o melhor resultado desde 2014 e assim não é de estranhar que Trump (como Obama e antecessores faziam) prefira o “4,1%” fake. Trump soltou fogos, querendo capitalizar sua política econômica de corte de impostos para os ricos e as corporações e guerra comercial. “Mais uma vez somos a inveja econômica do mundo inteiro”, correu a tuitar.

Conforme os analistas, a alta do PIB teve como principais fatores o crescimento no consumo – em boa parte, gastando aquela merreca no imposto de renda que Trump concedeu à classe média enquanto dava US\$ 1,5 trilhão (em dez anos) de cortes nos impostos das corporações –, aumento dos gastos do governo – principalmente em defesa - e o aumento das exportações, no caso, granjeiros antecipando venda de soja para a Chi-

na antes que entrassem em vigor as tarifas retaliatórias sobre produtos agrícolas dos EUA.

Os cortes de impostos deram a milhões de norte-americanos um aumento único de renda, e isso agora está sendo gasto em “gadgets, carros e férias”, analisou o economista Ian Shepherdson. “Acho que alguns desses componentes, que parecem ótimos no segundo trimestre, não serão tão bons no terceiro, em particular os números do comércio exterior”, como a alta da exportação de soja. Já Trump promete o contrário, “à medida que os acordos comerciais forem feitos”. Uma consequência de os consumidores fazerem a festa com o extra via alívio no imposto de renda foi a maior queda nos estoques desde 2009, o que propicia certo espaço para reposição de estoques – e, portanto, crescimento, no próximo trimestre.

A grande polêmica é se essa taxa de crescimento é sustentável. A Moody’s projetou que o crescimento do PIB no próximo ano ficará em 2,6%. Mas para 2020 – apenas 0,9%. Ninguém sabe ao certo o que vai sair da guerra comercial, e as consequências sobre a produção interna e sobre as cadeias globais de fornecimento.

Por outro lado, os 4,0% de taxa oficial de desemprego, enquanto, como assinalou Emily Stewart,

do The Vox, “os salários reais do primeiro para o segundo trimestre caíram -1,8%”, só revelam como os números oficiais cada vez se tornam mais incapazes de descrever adequadamente os fenômenos que supostamente deveriam aferir. Assim, a taxa de participação da população civil no emprego ainda não retornou ao nível pré-crise de 66%, se mantendo em torno de 62%. Desde 2006, segundo o mesmo estudo, os salários reais caíram -9,3%. Em paralelo, a bolha de tudo, contrapartida aos juros reais negativos, e ainda maior concentração de riqueza nas mãos de muito poucos, com a avalanche de recompra de ações.

Ainda conforme a revisão quinquenal dos números do PIB, a atual recuperação econômica que começou em junho de 2009 ainda é a mais lenta no período pós-guerra, com taxa média anual de 2,2%. O que não desanima o vice Mike Pence. “Nas duas últimas administrações, a economia cresceu menos de 2%. E nos primeiros 18 meses deste governo - estávamos um pouco tímidos em 3% no ano passado - estamos no caminho de obtermos 3% ou mais este ano”. Mas, como concluiu o economista Timothy McBride, da Universidade de Washington, “se o PIB está subindo, mas os salários estão caindo, o dinheiro está indo para o topo”. A.P.

Presidente do Equador trafica com direito de asilo de Assange para entregá-lo aos criminosos que denunciou

“O presidente do Equador, Lenin Moreno, deixou claro que seu governo está negociando a entrega do fundador do WikiLeaks, Julian Assange, às autoridades inglesas”, afirmou Bill Van Auken, em artigo publicado no site WSWS, sob o título ‘Julian Assange e a traição da ‘esquerda’ da América Latina”.

Para o autor, se capturado na Inglaterra, Assange “seria submetido a uma longa pena de prisão”. Sobre a possibilidade do governo inglês o extraditar para os EUA, lá ele “poderia enfrentar a prisão perpétua ou até mesmo a pena de morte por espionagem e outras acusações de conspiração”.

Ao condenar a atitude de Moreno contra Assange, Auken afirmou que o atual presidente do Equador busca agradar “às principais potências imperialistas”, e que para isso, lançou falsas acusações contra Assange.

Em resposta o autor afirma que “não há nenhuma evidência de que Assange ou o WikiLeaks invadiram os e-mails de qualquer pessoa” ou que tenham “violado qualquer lei”. Na verdade, Assange realizou um inestimável trabalho como jornalista ao “disponibilizar para

tudo o mundo os segredos sobre os crimes das guerras imperialistas”, tornando evidente as “conspirações de Washington” com as “corporações transnacionais” em favor da guerra.

Auken afirma ainda que Assange, que passou os últimos seis anos preso na embaixada equatoriana, viu a administração Trump tornar mais explícitas as intenções do EUA contra ele, com o “atual secretário de Estado, Mike Pompeo, declarando o WikiLeaks” não só um “serviço de inteligência hostil” ligado a Rússia, como afirmou que por isso não tem qualquer direito a se expressar, conforme afirma a Primeira Emenda dos EUA, que trata da liberdade de expressão.

Moreno cassou qualquer possibilidade de comunicação disponível para Assange, o deixando sem acesso a internet, telefone ou mesmo a visitas, fazendo dele um cidadão com “menos direitos do que um prisioneiro”. “Na verdade, tudo isso diz respeito a uma virada acentuada para a direita, não apenas do governo de Lenin Moreno, mas de todos os governos da chamada ‘maré rosa’ da América Latina e seus sa-

télites da pseudo-esquerda”.

A essa pseudo-esquerda Auken inclui Nicolás Maduro, que colocou sobre os trabalhadores o fardo da crise. Também inclui o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, que “desencadeou um banho de sangue” visando “esmagar os protestos populares contra” seus cortes à FMI. Ou ainda Lula, que “está preso, enquanto o PT foi desacreditado devido a suas próprias medidas antidemocráticas e ataques aos direitos dos trabalhadores”, o que para ele abriu caminho para aberrações, a exemplo da candidatura de Jair Bolsonaro.

“A pseudo-esquerda latino-americana ignorou os ataques a Assange, recusando-se a levantar um dedo em sua defesa”.

“A tarefa de defender Julian Assange só pode ser alcançada através da mobilização política da classe trabalhadora”, exigindo “que o governo do Equador interrompa sua proposta reacionária de pôr fim ao seu asilo, lutando por sua imediata liberdade das perseguições perpetradas pelas autoridades americanas e inglesas”, buscando evitar “qualquer tentativa de prendê-lo ou extraditá-lo”.

Sob a conclamação de “reforma da previdência de Medvedev é genocídio”, protestos se espalharam por 100 cidades, inclusive a segunda maior do país, São Petersburgo. Moscou reuniu o maior ato

Multidões por toda a Rússia repudiaram no fim de semana o malsinado projeto do primeiro-ministro Dmitri Medvedev que, repetindo uma cantilena em voga no Ocidente inspirada no FMI, quer impingir a ‘reforma da previdência’ para reduzir a idade mínima de aposentadoria dos atuais 55 para 63 anos (mulheres) e de 60 para 65 anos (homens). “Tirem as mãos de nossa aposentadoria!”, bradaram os manifestantes que exigiram, ainda, a realização de um referendo nacional.

O maior ato aconteceu em Moscou, no sábado (28), com 100 mil pessoas atendendo à convocação dos sindicatos, do Partido Comunista da Federação Russa, da Frente de Esquerda, do Komsomol (juventude) e de dezenas de organizações sociais. Uma petição na internet contra o ataque às aposentadorias já obteve 2,9 milhões de assinaturas. 90% da população é contra, segundo uma pesquisa.

Sob as conclamações de “aposentados, sim, oligarcas, não”, “reforma da previdência de Medvedev é genocídio” e “só no caixa vamos ver essa pensão”, as manifestações se espalharam por mais 100 cidades, inclusive a segunda maior do país, São Petersburgo. No domingo, a chamada ‘oposição liberal’ tentou pegar carona na mobilização contra o assalto à previdência, mas só juntou uns gatos pingados.

Medvedev tentou empurrar o monstro enquanto o povo russo supostamente estaria distraído com a Copa do Mundo, mas o estrategema não funcionou e as mobilizações, iniciadas pelas cidades que não eram sede de jogos, agora chegam a Moscou, onde tudo se decide. Na tentativa de abafar os protestos, o plano faz a elevação da idade de aposentadoria por etapas, seis meses a cada ano, o que se concluiria até 2028 para os homens e 2034 para as mulheres.

Ao ver o gigantesco apoio popular, conquistado ao restaurar a soberania da Rússia no mundo, minguar de 80% para 63% após a proposta de “reforma de Medvedev”, o presidente Vladimir Putin, que jamais a respaldou inequivocamente, resolveu colocar as barbas de molho e declarou que “nenhuma das propostas relacionadas com o aumento na idade de aposentadoria o agrada”.

Já os deputados da Rússia Unida têm se exposto ao maior ridículo ao defenderem a indefensável proposta de uma reforma que sequer atende à população cuja estimativa de vida em várias regiões do imenso país que é a Rússia fica abaixo do mínimo proposto,

O que foi denunciado vividamente pelo presidente dos comunistas russos, Genadi Ziuganov: “Quero chamar vossa atenção para o fato de que em 36 regiões da Rússia os homens não vivem até os 65 anos de idade. E na Sibéria, no Extremo Oriente, nas regiões russas do norte, a idade média é de 61 a 62 anos. Isso significa que todos receberão sua

aposentadoria no túmulo”.

Ao dizer que “não lhe agrada” o aumento da idade mínima de aposentadoria, Putin também se referiu à justificativa principal usada pelos governos que decidiram resolver a crise arrochando os trabalhadores: a de que hoje, no caso da Rússia, há seis trabalhadores da ativa para cada cinco aposentados, o que irá mudando no sentido de que haverá um déficit crescente, que terá que ser, se não for enfrentado, custeado por outro fundo público.

Mas é bom olhar o que acontece ali de onde partiu a “idéia”. Em primeiro lugar, porque os especuladores e banqueiros estariam preocupados com eventos que acontecerão daqui a 30 ou 40 anos, se o problema deles é hoje: como tirar, para os bancos, mais dinheiro público?

Assim, empalmar o fundo de aposentadorias é a exacerbação do que já é feito, ao cortarem impostos dos ricos, não taxarem bancos e dividendos e ao estabelecerem um teto máximo para desconto para o sistema público de aposentadoria.

Querem forçar o mundo inteiro à situação dos EUA, onde uma parte importante dos aposentados já está sob o famigerado sistema de ‘capitalização’, isto é, ao invés do princípio solidário, em que o trabalho de todos de hoje garante a aposentadoria, todo mundo seria obrigado uma ‘conta individual’, a entregar aos bancos forçadamente suas economias, para que especulem. No caso, essa é a “nova” proposta de Macron para os franceses, e velha para os chilenos, presenteados por Pinochet com assessoria dos Chicago-boys.

Quanto a esse tipo de assalto, as manifestações deste final de semana não poderiam ser mais claras, com palavras de ordem como “não se pode salvar o orçamento do país com as aposentadorias do povo” – um dos pretextos favoritos de Medvedev de porque sua reforma é “inadiável”.

“NÃO AO ACHAQUE!”

Ao que os protestos respondem com “não ao achaque das aposentadorias, sim ao imposto progressivo sobre os ricos” e “nacionalizem a riqueza do país – haverá dinheiro para as aposentadorias”. Foi notada a grande presença de jovens nos atos de repúdio a Medvedev. O que é explicado pela compreensão de que a reforma “priva os jovens do futuro e os veteranos, da vida”. Já começam a surgir vozes mais ríspidas: “renuncia Medvedev” e “abaixo os ministros capitalistas”.

Se o primeiro-ministro Medvedev não recuar, ou Putin não intervir, os protestos poderão se radicalizar. Em nome da Frente de Esquerda, Serguey Udaltsov, apresentou a proposta de realização de uma Marcha de milhões de trabalhadores, aposentados, jovens e mulheres em setembro, antes da votação final da lei. Aos sindicatos, foi pedido que discutam uma greve geral em setembro, contra o aumento da idade de aposentadoria.

ANTONIO PIMENTA



Sindicalistas e políticos em Moscou: ‘Não à reforma!’

Paraguai comemora libertação dos camponeses de Curuguaty

Após mais de seis anos, Corte Suprema revogou as mentiras contra os sem-terra

LEONARDO WEXELL SEVERO

Em decisão histórica contra a mentira institucionalizada pelo latifúndio e pelas transnacionais do agronegócio, a Sala Penal da Corte Suprema de Justiça do Paraguai absolveu nesta quinta-feira (26) os camponeses acusados pelo massacre de Curuguaty.

Conforme os magistrados, não se pôde comprovar que os acusados tiveram qualquer tipo de participação na carnificina de 15 de junho de 2012. Na oportunidade, seis policiais e 11 trabalhadores rurais morreram após um “confronto” provocado pela ação de franco-atiradores – treinados por militares estadunidenses – no acampamento sem-terra de Marina Kue, em Curuguaty. O local era alvo de uma disputa entre o Estado e a família do senador Blas Riquelme, um dos grandes beneficiados pela ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), que acusava os camponeses de terem invadido uma propriedade que não era sua.

ARMAÇÃO

Na fatídica data, 324 policiais fortemente armados com fuzis, bombas e cavalos – incluindo inclusive de helicóptero – cercaram menos de 60 camponeses – metade mulheres, crianças e idosos. Os trabalhadores rurais não portavam armas de grosso calibre – das quais partiram os projéteis que provocaram as mortes – e as garruchas que dispunham sequer foram disparadas. Para completar a manipulação, engrossada pela mídia que contribuiu para a derrubada do presidente Fernando Lugo no dia 22 de junho, exatamente uma semana depois da carnificina, a polícia fez com que “desaparecesse” a filmagem do helicóptero sobrevoando o acampamento, da mesma forma que uma série de provas e indícios favoráveis à equipe de advogados dos sem-terra.

Utilizados para a deposição de Lugo, os camponeses de Curuguaty transformaram-se em presos políticos, de um processo viciado de fio a pavio pela camarilha de Stroessner.

LIVRES

De acordo com o juiz Emiliano Rolón, a decisão foi unânime em favor dos camponeses: “não haverá novo julgamento, simplesmente se revoga a decisão do Tribunal. Têm que sair livres”. O fato, sublinhou, “é que não se pôde ver quem disparou, houve falta de evidências, somada a numerosas irregularidades, como alterações da cena do crime”. “A investigação foi muito incipiente, foram cometidos muitos erros”, reiterou o jurista, para quem os recorrentes desacertos, sempre em favor de um lado da balança, requerem uma profunda reflexão. “É uma administração de Justiça em crise”, enfatizou.

Com a recente decisão,

os magistrados Arnaldo Martínez Prieto, Cristóbal Sánchez e Emiliano Rolón Fernández votam por unanimidade pela anulação da sentença do Tribunal de primeira instância – que havia sido composto pelos mais do que suspeitos Ramón Zelada, Benito González e Samuel Silvero – com longo currículo de serviços prestados ao strosnismo – e o do Tribunal de Apelações – integrado pelos igualmente viciados Carlos Domínguez, María Belén Agüero e Narciso Ferreira.

RESISTÊNCIA

Dançando diante da Barraca da Resistência – mantida com tenacidade e desprendimento pelas vítimas e familiares dos presos em frente ao Tribunal de Justiça –, a historiadora e escritora Margarita Durán Estagró e a ex-presa política e ativista Guillermina Kanonikkoff, coordenadoras do Comitê de Solidariedade aos presos de Curuguaty, comemoraram a decisão.

“É um momento único e festivo que marca as nossas vidas, multiplica e potencializa a luta dos paraguaios por justiça, terra e liberdade. Esta é uma vitória maiúscula que energizará e mobilizará milhares”, declarou Guillermina, anunciando o que está por vir: a luta pela reparação dos anos em que os camponeses inocentes foram injustamente privados de liberdade.

Ao abrirem-se os portões da criminosa e desumana Penitenciária de Tacumbú, em Assunção, os quatro presos políticos remanescentes: Rubén Villalba (35 anos de prisão); Luis Olmedo (20 anos de prisão), Néstor Castro e Arnaldo Quintana, com 18 anos, absurdamente condenados por “homicídio doloso”, “associação criminosa” e “invasão de imóvel”, agradeceram o apoio recebido. Por uma manipulação judicial, Rubén pôde apenas fazer uma pequena saudação, mas continua preso por responder a outro processo por “invasão”, que seus advogados acreditam ser resolvido em poucos dias.

Os demais sentenciados e que já cumpriram pena são Dolores López, Lucía Agüero e María Fani Olmedo, condenadas a seis anos de prisão, e Adalberto Castro, Alcides Ramírez, Felipe Benítez Balmori e Juan Carlos Tillería, condenados a quatro anos. Na avaliação de Óscar Ayala, dirigente da Coordenadora de Direitos Humanos do Paraguay (Codehupy), “foi sobretudo um ato de justiça” que confronta um julgamento viciado e arbitrário. “Esta é a melhor notícia que poderíamos ter recebido”, frisou.

Para o advogado Jorge Bogarín, seus defendidos “foram vítimas de muitíssimos erros”. Em relação ao ressarcimento para fazer frente a tantos anos de agruras e maus-tratos, o advogado acredita que isso ocorrerá, mas agora é o momento de comemoração: “estamos em um momento de alegria”.



Na saída do Presídio de Tacumbú, em Assunção, Néstor Castro, Luis Olmedo e Arnaldo Quintana agradecem o empenho da militância do movimento de solidariedade: “Triunfo da verdade”.

Campanha de solidariedade foi decisiva para vitória da Justiça

A Campanha de Solidariedade aos camponeses de Curuguaty incluiu passeatas, debates e lançamentos de livros narrando os acontecimentos invisibilizados ou criminalizados pela grande mídia. Além do Paraguai, ruas, escolas e universidades da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia e Espanha, entre outros países, fizeram ecoar o brado contra a injustiça, fazendo a pressão necessária e abrindo o caminho à vitória.

O músico uruguaio Daniel Viglietti, a ex-presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres (Fdim) Márcia Campos, o presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI) João Felício e o cantor paraguaio Ricardo Flecha são alguns dos nomes que se somaram à campanha.

No Brasil, o resgate do ocorrido foi sistematizado pelo jornalista Leonardo Wexell Severo, Observador Internacional do caso, nos livros “Curuguaty, carnificina para um golpe” (208 páginas, 2016, Papiro Produções), e “Curuguaty, o combate paraguaio por Terra, Justiça e Liberdade” (98 páginas, 2018, Papiro Produções) – com o apoio do Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (CPC-UMES).



Multinacionais, latifúndio e mídia venal tiveram papel-chave contra os sem-terra

O cerco midiático contra o então presidente Fernando Lugo vinha se fechando, num país em que 85% das terras encontram-se nas mãos de 2,5% dos proprietários e onde os mesmos donos dos três principais jornais, umbilicalmente vinculados às transnacionais e ao sistema financeiro, também controlam as emissoras de rádio e televisão.

Assim, de forma suja e monocórdica, foram convocadas manifestações, com bloqueio de estradas, para o dia 25 de junho de 2012. Grandes “tratores” em protesto contra a decisão do governo em favor da saúde da população e da soberania alimentar – de não liberar a semente de algodão transgênico Bollgard BT, da Monsanto,

cujas sequência genética está mesclada ao gene do Bacillus Thuringiensis, bactéria tóxica que mata algumas pragas de algodão.

A decisão, que afetava milionários interesses da multinacional estadunidense, havia sido comunicada pelo Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Vegetal e de Sementes (Senave), uma vez que a liberação não tinha o parecer do Ministério da Saúde e da Secretaria do Meio Ambiente.

“A Monsanto, através da UGP (União de Grêmios da Produção), estreitamente ligada ao Grupo Zuccolillo, que publica o diário ABC Color, se lançou contra a Senave e seu presidente Miguel Lovera por não ter inscrito a sua semente transgênica para uso comercial no país”,



denuncia o jornalista e pesquisador paraguaio Idilio Méndez Grimaldi.

Derrubado o presidente, os grandes conglomerados midiáticos estamparam que “a manifestação da UGP

foi suspensa”, afinal, “há um novo governo, mais sensível ao mercado”. Em relação aos camponeses, se alinharam caninamente: “invasores”, “vagabundos” e “criminosos”.